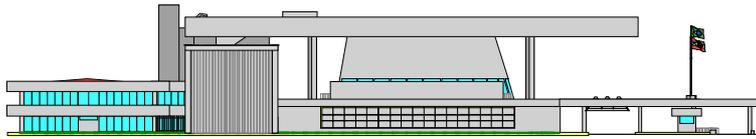


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE OUTUBRO DE 2011

NÚMERO 6.349

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2349 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 095ª Sessão Ordinária realizada em 20/10/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL..... 15 Atos da Mesa 16</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 17 Extratos..... 17 Ofício 18 Portarias..... 18 Projetos de Lei 19 Projeto de Lei Complementar... 19 Redações Finais 20</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra o passamento do jornalista Enio Batista, de Tubarão.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca obras do governo federal; justifica-se com os funcionários da Casa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença de ministros em SC; posiciona-se a respeito do Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Registra viagem que fará na próxima semana, com o governador Raimundo Colombo, para o Japão, Seul, Coréia.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à apresentação do Plano de Obras e Investimentos da Celesc.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Destaca o turismo em SC.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Convida para a audiência pública de Itá.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Repudia comentário do presidente do sindicato dos funcionários da Alesc sobre os parlamentares.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta viagem à Coréia e ao Japão, juntamente com comitiva do governo do estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Faz relatório da viagem a Brasília.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença do sr. Genir Loli, secretário de Saúde do município de Lindóia do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito das necessidades da Saúde, Educação, Segurança Pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Destaca ações do governo federal.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda a luta coletiva do sul do estado com algumas obras fundamentais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Lê a coluna do jornalista Matheus Madeira acerca do passamento do jornalista Enio Batista; manifesta-se acerca da vinda ao estado dos ministros Mário Negromonte e Fernando Bezerra; critica a má qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Bom Jardim da Serra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero apenas registrar e lamentar o passamento do jornalista Ênio Batista, da rádio Bandeirantes, de Tubarão, um jovem profissional, com pouco mais de 40 anos, que foi acometido por um AVC e, lamentavelmente, foi a óbito nesta noite.

Eu lamento e quero transmitir aos familiares e a toda imprensa de Tubarão e da região os nossos profundos pêsames pela partida de um jovem profissional da imprensa nesta noite, em Tubarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os companheiros desta Casa, os funcionários, e enaltecer a agilidade do governo federal, deputado Moacir Sopelsa, com relação às últimas intempéries de Santa Catarina, às cheias, às enchentes, à situação de calamidades nos municípios, que enfrentamos neste ano.

Depois de inúmeras visitas feitas pelos ministros da presidente Dilma Rousseff a este estado, hoje teremos a visita do ministro da Integração, Fernando Bezerra, que viajou ao alto vale, e em menos de 40 dias serão liberados recursos para os municípios afetados. Além dos recursos que vieram na fase inicial para a operação de limpeza, de recuperação, agora estão sendo liberados mais R\$ 69,5 milhões, sendo que R\$ 50 milhões são para o estado para a recuperação da infraestrutura e R\$ 19,5 milhões para os 11 municípios que foram afetados em situação de calamidade, a grande maioria do alto vale.

Nesta semana, também estive em Santa Catarina o ministro das cidades, Mário Negromonte, do PP, assinando o PAC 2 Habitação para este estado. E Santa Catarina será contemplada agora com 20 mil habitações para a população com renda de até R\$ 1.600,00. Serão 75 mil habitações para o nosso estado.

Ontem, tivemos aqui também a presença da secretária especial do ministério da Saúde, na abertura da Conferência Estadual de Saúde. Na mesma semana são três ministros.

Hoje, estará em Florianópolis a representante do ministério da Cultura, Yolanda Aguiar. E no sábado virá a secretária de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes.

Então, são cinco ministérios presentes na mesma semana em Santa Catarina não apenas fazendo debate, mas mostrando claramente políticas para o estado catarinense, mostrando que o governo federal está presente. E a partir de segunda-feira da semana que vem estarão sendo liberados os recursos do Fundo de Garantia para todos aqueles que foram af-

tados nessa situação de calamidade e emergência.

Estamos vendo a presença contínua do governo federal em Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa. E a partir da semana que vem começará a ser feito o cadastramento para a liberação dos recursos para as empresas terem fôlego financeiro e revitalizarem-se. São recursos aportados pelo BNDS. E serão feitos os contratos através do Banco do Brasil, do BRDE, do Badesc e de algumas outras instituições financeiras.

Então, é a presença do governo federal dando resposta imediata. Isso mostra claramente que o governo tem feito tudo com o intuito de preservar, de promover o crescimento, o desenvolvimento no estado catarinense, para recuperar a economia dos municípios que foram afetadas com as últimas enchentes.

Não podemos negar a agilidade que houve por parte do governo federal, que foi diferente do que houve em 2008, quando dois anos após a calamidade ainda tínhamos questões a serem resolvidas. E agora em 40 dias estamos vendo as soluções.

Isso nos tranquiliza, como catarinenses, e mostra empenho, mesmo havendo uma determinada burocracia decorrente da fiscalização do Tribunal de Contas da União e de algumas outras ações de fiscalização, que são extremamente importantes,

Eu quero também, neste momento, enaltecer e ressaltar que, na próxima segunda-feira, às 14h, haverá numa audiência pública na Assembleia Legislativa, para discutir o Sistema Integrado de Segurança, que está sendo desenvolvido pelo governo do estado.

Nós observamos que existe muita discordância, dissonância e falta de entendimento entre os componentes desse sistema integrado. Existem questionamentos por parte da Polícia Civil e dos Bombeiros com relação à forma como está sendo implantado e questionamentos inclusive relativos à forma de integração desse sistema. Por isso, houve o nosso pedido para a realização dessa audiência, nesta Casa.

Para terminar o meu pronunciamento, quero fazer uma colocação específica aos servidores da Assembleia Legislativa, para aqueles que trabalham, que são dedicados. E nesta Casa há muitos deles, deputado Silvio Dreveck.

Quero fazer este depoimento, ressaltando a figura do Paulinho, funcionário de carreira há mais de 20 anos e que trabalha no meu gabinete. Assim como ele, há muitos nesta Casa. Eu faço este pronunciamento, porque nunca me manifestei desqualificando o conjunto da Casa, nunca me manifestei dizendo que aqui não há profissionais íntegros, leais à Casa, à causa pública e servidores que mereçam ser destacados diante do conjunto de servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Então, não me venha, principalmente o sindicato desta Casa, querer dizer que, nas minhas manifestações, nos meus pronunciamentos, eu tenha generalizado,

porque isso é inverídico. Então, faço o meu reconhecimento aos que nesta Casa executam o seu trabalho, aos que orgulham o serviço público. Quem quiser vestir a camisa que o faça, mas não me verá em momento algum fazer generalização, porque assim como existem maus políticos, e muitas vezes se generaliza, também existe a grande maioria que trabalha, que executa as suas funções com responsabilidade pública. Então, existe o meu reconhecimento a todos os servidores que dignamente nesta Assembleia Legislativa exercem o seu papel com responsabilidade, com cidadania e fazem jus ao salário que recebem. Muitos recebem aquém do que deveriam, assim como tem aqueles que recebem muito além do que deveriam.

Portanto um abraço a todos e um bom final de semana. Uma coisa eu deixo claro: princípio eu não negocio.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, pessoas presentes nesta sessão, quero, deputado Jailson Lima, seguir a lógica da sua fala.

Nós sempre fomos sindicalistas, agricultores e agora, como deputados, defendemos os trabalhadores do serviço público. Mas há questões que são indefensáveis. Por isso, estamos fazendo a nossa parte. É um compromisso ético, moral e temos a responsabilidade, como deputados, de acompanhar e fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público dos catarinenses. Temos o nosso papel, a nossa função e não estamos fazendo isso por pressão de ninguém, isso vem de berço, de acordo com que os nossos familiares, com as pessoas próximas nos orientaram.

Então, quero com muita tranquilidade dizer a todos os funcionários que trabalham e prestam serviços para esta Casa e para Santa Catarina que estamos ao seu lado, estamos juntos nesta caminhada.

Em segundo lugar, quero falar sobre a presença no estado de vários ministros, ou seja, a presença do governo federal em Santa Catarina, com surpresas positivas, com uma agilidade na liberação de recursos jamais vista neste país, com a liberação do FGTS aos trabalhadores, que vai impactar a recuperação dos municípios. Contamos com a presença do ministério da Cultura, da Integração, também do ministro Mário Negromonte, nesta Capital, liberando recursos para a habitação. Foi surpreendente o valor, o número de casas liberadas. Foram anunciadas 19 mil casas num primeiro momento para os municípios e até 2014 teremos em torno de 75 mil habitações para Santa Catarina.

Esperamos que o governo do estado reconheça e faça a sua parte também, e dê a sua contrapartida. Parece-me, e quero acreditar que não, que a secretária da Habitação anunciou que não

vai haver recursos para a habitação do Orçamento do estado, neste ano. Não sei se entendi direito, mas me parece que é isso. E teremos a presença da secretária Especial de Políticas para as Mulheres, no próximo sábado, aqui e em Irineópolis.

Nesta semana, contamos com os ministérios da Cultura, da Integração, das Cidades, e com a secretaria Especial de Políticas para as mulheres, aqui, em Santa Catarina. Isso é extremamente positivo, pois o governo federal está presente, anunciando políticas e investimentos para Santa Catarina.

Outro fato que continua em debate Nacional neste país é a questão ambiental. Tivemos o anúncio dos nossos relatores. E, felizmente, pelo que estou vendo, estão trabalhando juntos, o relator da comissão de Constituição e Justiça, senador Luiz Henrique da Silveira, e o relator da comissão de Agricultura, Jorge Viana, grande senador. Eles estão atuando juntos, construindo relatórios do Senado. A previsão é de que o código seja votado no próximo dia 25, na comissão de Constituição e Justiça. E, no dia 8 de novembro, no Senado.

As várias comissões estão construindo acordos para tentar construir um relatório único para que, no dia 8 de novembro, seja votada no plenário do Senado a proposta do Código Florestal Brasileiro. A expectativa da sociedade é grande, mas as preocupações e as divergências também não estão todas sanadas. Pelo contrário, continua um grande debate. Se o Senado, de fato, fizer as mudanças do que veio da Câmara dos Deputados, esse projeto voltará para a mesma. Vai voltar!

Então, começamos a correr contra o tempo para votar esse projeto até o final das sessões, em dezembro. Mas a expectativa é de que seja votado o projeto e de que traga todos os encaminhamentos, as perspectivas e as mudanças da legislação a fim de tranquilizar principalmente os nossos agricultores.

Mas, existem boas informações, bons encaminhamentos nas mais diversas áreas. Existem, com certeza, divergências profundas no tema, na questão da servidão ambiental, se a reserva pode ser feita dentro do bioma ou dentro da bacia hidrográfica. Essa é uma das grandes polêmicas. A questão da metragem está mais ou menos se consolidando. A questão do quanto em metros, deputado Mauro de Nadal, o agricultor precisa preservar na costa da sanga, dos rios está-se consolidando. Então, isso se está encaminhando.

Está-se encaminhando na perspectiva de fazer um Código Ambiental possível, neste momento. Precisamos de um Código Ambiental que continue cuidando questão ambiental no Brasil. Um dos temas que nós continuamos insistindo - e conversamos com o senador Jorge Viana por duas vezes nos últimos meses em Chapecó e em Brasília - seria incluir no texto que não veio da Câmara o pagamento por serviços ambientais, a remuneração para os agricultores que preservam.

Nesta semana, acompanhei pela imprensa o senador Luiz Henrique da Silveira falando numa perspectiva concreta de o pagamento por serviços ambientais ser incluído no texto final no Senado e depois voltar para a Câmara a questão do pagamento da remuneração dos agricultores.

Isso me deixa muito feliz. Essa é uma luta que construímos desde a aprovação do Código Ambiental Catarinense e vamos continuar nessa luta. Infelizmente, não tivemos sucesso este ano aqui no estado porque o governador acabou retirando os recursos do pagamento dos serviços ambientais do Orçamento.

Não vamos desistir da luta, vamos continuar essa caminhada tanto aqui no estado quanto em nível nacional. E a expectativa é aprovarmos, no texto final do Código Florestal Brasileiro, a questão da remuneração do pagamento por serviços ambientais aos nossos agricultores familiares. E defendo que esse recurso seja exclusivamente destinado à pequena propriedade, porque não podemos esconder que a grande parte da demanda ambiental está nas pequenas propriedades. Assim sendo, fizemos uma mudança no Código Florestal Brasileiro justificando que precisamos melhorar as condições de trabalho às pequenas propriedades. Mas no momento da remuneração, no momento da valorização, ate pensamos que todos podem acessar a política pública, inclusive os grandes latifúndios. Podemos até pensar nisso no futuro, mas agora, nesse primeiro momento, temos que nos voltar à pequena propriedade, àquele agricultor que possui os seus cinco, 10 ou 15ha de terra, que é a grande maioria em nosso estado, em nosso país. Esses pequenos agricultores devem ser a prioridade do governo, eles têm que ser beneficiados em primeiro lugar por essa política pública importante, que é a remuneração, o pagamento por serviços ambientais.

Então, é isso! Não estamos cuidando do meio ambiente apenas para nós, mas para os agricultores e para toda a sociedade. Isso tem um custo e precisa ser valorizado. Por isso essa grande luta da remuneração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares, srs. parlamentares, quero cumprimentar a todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Quero dizer, sr. presidente, que na verdade, faço esse pronunciamento com o objetivo de esclarecer à comunidade sobre uma viagem que faremos na próxima semana, juntamente com o governador Raimundo Colombo, no sábado, para o Japão, Seul, Coreia, enfim, iremos visitar vários locais, várias empresas.

Quero aproveitar este momento, este espaço, para explicar o objetivo dessa viagem. Gostaria de esclarecer sobre a metodologia, o que será feito e quais empresas serão visitadas, para que as pessoas tenham um conhecimento maior sobre esse assunto e para que também possam acompanhar, possam cobrar os resultados da viagem, porque a pior coisa que os se pode fazer é viajar a trabalho, em missão e, no retorno, não dar uma proposta concreta à população, não ter algo concreto para apresentar às pessoas.

Essa viagem, tenho certeza, será uma viagem curta, de uma semana para o Japão, para a Coreia, para vários países asiáticos. Mas será uma viagem importante porque envolve um projeto de vem sendo discutido, acho que antes até de eu nascer, que é um projeto Jica, que objetiva a prevenção e o controle das cheias no vale do Itajaí. Lembro-me que quando era pequeno já se falava nesse projeto, nessa questão.

Agora o governador Raimundo Colombo está fazendo uma viagem para definir esse assunto. Ele fará uma reunião com os integrantes da Agência Internacional de Cooperação Japonesa, a Jica, justamente para definir esses critérios. E espero que tenhamos uma ação concreta nesse sentido.

A viagem iniciará no dia 22, no sábado, saindo do aeroporto de Florianópolis, indo para São Paulo, depois indo a Seul, fazendo uma escala em Frankfurt. Começaremos a visita pela usina Doosan, que é uma usina de produção de energia alternativa com base no tratamento do lixo.

Então, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que já foi prefeito, sabe o grande problema que é nos municípios a questão do tratamento do lixo e a importância de se fazer algo nesse sentido.

Essa viagem tem como o primeiro objetivo fazer uma visita à usina Doosan, que faz a geração de energia alternativa através do tratamento de resíduos sólidos e todos esses tipos de lixo. É algo extremamente importante! Espero que possamos, não apenas verificar algo concreto lá, mas trazer algo para cá também, quem sabe criando na política estadual de resíduos sólidos a condição de fazer iniciativas públicas, privadas e parcerias para que as regiões metropolitanas de Santa Catarina possam ter realmente um tratamento de lixo adequado. Blumenau, por exemplo, tem um problema sério porque faz a coleta do lixo e todo o transbordo até Brusque é depositado num aterro privado que custa para Blumenau uma fortuna por mês.

Então, espero que possamos achar uma forma de reduzir o custo do município nesse sentido e automaticamente permitir que esse recurso seja reaplicado na saúde, na educação, em algo que tenha interesse definitivo para o cidadão. Não que o tratamento do lixo não tenha, mas precisamos de algo que possa melhorar o atendimento no posto de saúde, na escola, na creche, na segurança etc. e que possamos baratear esse custo do tratamento de lixo para cidade.

Depois, o governador fará uma visita a uma empresa chamada SsangYong, que é uma empresa montadora de veículos, que tem uma grande perspectiva de crescimento, uma perspectiva de investimento no Brasil, na América Latina, para tentar estabelecer uma visita estratégica tentando estabelecer uma parceria e trazer esta empresa para o nosso estado.

Também faremos uma visita ao ministério da Agricultura, em Seul, e aí aqueles deputados que são mais ligados à agricultura sabem da importância dessa visita, porque o mercado asiático é um mercado muito grande e se conseguimos transportar pra lá os nossos produtos catarinenses, com certeza, será algo que vai gerar muito emprego, muita renda e o crescimento do estado. Esse é o objetivo do governador Raimundo Colombo, fazer uma visita para permitir a abertura do mercado, permitir que as empresas daqui possam exportar e vender os seus produtos para a Coreia, para o Japão e, automaticamente, gerar renda e qualidade de vida em Santa Catarina.

Além disso, o governador também tem, em Seul, uma visita prevista em uma empresa chamada Samsung - Companhia e Tecnologia, ou seja, uma empresa de tecnologia que faz vários produtos no mundo. E a informação que temos é de que a Samsung tem um projeto de expansão que prevê a instalação de uma nova unidade para a construção dos monitores, dos iPads, monitores de iPhone, desses computadores portáteis, dos celulares, enfim, para que realmente possamos montar uma fábrica dessa de monitores aqui em Santa Catarina.

Então, a expectativa do governador é fazer essa visita para tentar consolidar uma parceria tecnológica.

Além disso, no outro dia, em Tóquio, iremos visitar a Agência Internacional de Cooperação para tratar da questão dos bancos, do projeto Jica. Àqueles parlamentares que ainda não tiveram a oportunidade de ouvir maiores esclarecimentos sobre esse projeto, e também à comunidade que ainda não o, gostaria de explicar do que se trata.

O projeto Jica é um projeto estruturante que prevê ações, tanto na questão da infraestrutura quanto na questão de previsão legal de ações concretas do governo para amenizar os efeitos das enchentes e dos desmoronamentos naturais que estão acontecendo no vale do Itajaí.

No projeto Jica estão previstas algumas ações estruturantes como, por exemplo, a questão de permitir um maior armazenamento de água na barragem de Taió e Ituporanga, ou seja, o aumento do nível dessas barragens em dois metros para evitar um enorme volume de água na cidade num momento de enchente.

Além disso, também permite a questão de um sistema de telemetria mais eficiente para fazer uma previsão, fazendo com que haja um melhor aproveitamento das arvozeiras e contenção da água no momento das chuvas em longo prazo. O projeto Jica também prevê a criação de um canal

extravasar no município de Navegantes, logo após o entroncamento da BR-470 com a BR-101, que vai fazer com que a água possa escoar mais rapidamente para o oceano e, com isso, diminuir o fluxo de água em caso de numa enchente, e quem vive em Itajaí sabe da importância desse canal extravasador para aquele município.

Então, esses são os objetivos da viagem do governador Raimundo Colombo, e nós iremos acompanhá-lo representando a Assembleia, o Fórum Permanente de Prevenção de Cheias e Desastres Naturais do Vale do Itajaí, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, que representa a comissão de Defesa Civil.

Espero, e digo isso de forma muito particular, deputado Dado Cherem, v.exa. que também é do vale do Itajaí, que o projeto Jica tenha um desfecho, uma posição definitiva nesta viagem. A população do vale do Itajaí espera por uma resposta definitiva com relação a esse projeto. Esperamos que o governador possa, nesta viagem, definir essa situação e acabar, de uma vez por todas, com essa novela que dura há 20 anos.

Esperamos que essa viagem sirva para dar um ponto final na questão desse financiamento. Não é um recurso doado, mas emprestado, sendo assim, que ele possa ser utilizado para fazer essas obras extremamente importantes, e que tenhamos, de uma vez por todas, o projeto Jica saindo do papel e atendendo toda comunidade do vale do Itajaí.

O deputado Jailson Lima falou há pouco sobre as políticas públicas do governo federal destinadas ao estado de Santa Catarina, que é muito importante para o Projeto Jica a participação do governo federal, pois o governo do estado não vai conseguir sozinho absorver um projeto que na sua plenitude custa mais de R\$ 2 bilhões. Vai ser importante e vital para a realização desse convênio a participação do governo federal.

Esperamos que realmente isso aconteça porque a população não quer saber se o recurso é do governo do estado, da prefeitura ou do governo federal, porque todo recurso, na verdade, vem do contribuinte. Todo dinheiro vem do imposto pago pelas pessoas. Então, não importa de onde vem o dinheiro, pela união ou pelos municípios, o importante é que o dinheiro veio do bolso das pessoas. Então, o que as pessoas querem é que esse recurso seja aplicado para resolver o problema das pessoas, da região onde elas moram, e é para isso que nós queremos lutar, e é para isso que nós vamos acompanhar a viagem, e pedir que o governador trate com muito carinho e de forma definitiva a questão do projeto Jica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência tem o prazer e a alegria de registrar neste plenário a presença do nosso suplente de deputado, Daniel Tozzo. Gostaríamos de cumprimentá-lo, e desejar, deputado Dado Cherem, ao seu

colega de partido, uma boa estada na Assembleia Legislativa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

“Com grande satisfação participei, na segunda-feira, da apresentação do Plano de Obras e Investimentos da Celesc, com ênfase para o Plano de Desenvolvimento da Distribuição, do ciclo 2012 a 2015.

Disse que foi uma reunião da qual participei com grande satisfação por poder constatar as atenções dedicadas pelo governo do estado para com a minha região, o planalto norte.

Quero parabenizar o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o presidente da Celesc, Antonio Gavazzoni, e o diretor técnico da Celesc, Cleverton Siewert, que estão confirmando investimentos representativos para o planalto norte, por meio das agências regionais de Mafra e de São Bento do Sul.

Vejam que o Plano de Desenvolvimento da Distribuição prevê investimentos que somam R\$ 1,08 bilhão a partir do próximo ano, até 2015, dos quais mais de R\$ 56 milhões serão destinados à regional da Celesc de Mafra e mais R\$ 16,7 milhões para a regional de São Bento do Sul.

Trata-se de um planejamento criterioso e ousado, que atende à demanda de Santa Catarina, um estado diferenciado e que está em franco crescimento, tanto é que a nossa demanda de consumo energético cresce 20% acima da média nacional. E é exatamente por isso que devemos destacar a sabedoria da direção da Celesc em planejar e atender a pleitos regionais como os do planalto norte, que é uma região em busca de condições para operar um grande salto qualitativo para o seu desenvolvimento econômico e social.

A nossa região tem grande potencial para a instalação de novas unidades produtivas, para a geração de emprego e renda da população local, mas precisa do investimento na melhoria da geração e distribuição de energia elétrica.

Vemos agora que a Celesc tem programas e metas a serem cumpridos, honrando compromissos assumidos com lideranças de nossa região, o que significa dizer que a empresa pública, que também tem acionistas privados, está fazendo a política pública com “P” maiúsculo, cumprindo a sua função social de fomentar o desenvolvimento, mas também abrindo perspectivas para ela própria crescer, na medida em que está investindo para obter retorno no futuro, com o aumento do consumo que será proporcionado pelas novas unidades que irão se instalar na região.

A função social da Celesc Distribuição atende às necessidades da

nossa população que precisa de uma energia melhor, mais estável, não apenas para tocar negócios, mas também para ter conforto em casa.

Vejam que a regional de Mafra vai investir quase R\$ 6 milhões já em 2011, em subprogramas de ampliação, melhoria e alimentação de redes de média e baixa tensão; e outros R\$ 23 milhões de reais entre 2012 e 2015, totalizando quase R\$ 30 milhões no período. Além disso, outros R\$ 27 milhões serão investidos em redes de alta tensão no mesmo período, sendo que está planejado, já para o próximo ano, a linha de transmissão de 138 kV entre Canoinhas, Papanduva e a nova Subestação de Papanduva. Também estão programados investimentos nas subestações de Rio Negro, Canoinhas e Mafra.

Da mesma forma, estão previstos investimentos de R\$ 12,4 milhões em média e baixa tensão, através da regional de São Bento do Sul, e outros R\$ 17 milhões para melhorias na alta tensão, no período de 2013 e 2014, com investimentos previstos nas subestações de Rio Negrinho e São Bento do Sul.

Foco meu pronunciamento nas subestações do planalto norte, mas pude presenciar a explanação dos dirigentes da Celesc que contemplam todas as regiões do estado, pois a meta é fomentar o desenvolvimento de todos os polos catarinenses.

Quero, assim, parabenizar outra vez a Celesc, através do Cleverson e do presidente Gavazzoni, bem como do nosso governador Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, pois todos têm contribuído muito com o desenvolvimento de Santa Catarina. E não poderíamos deixar de reconhecer a importância desse plano de investimentos que foi dado ao conhecimento do público e que estamos ajudando a divulgar para nossa população."

Esse é, sem dúvida nenhuma, um grande avanço para a nossa região. Temos certeza, deputado Silvio Dreveck, de que com a energia elétrica garantida para as nossas indústrias em São Bento do Sul, Canoinhas, no planalto norte, teremos amparo para desenvolver e crescer nos próximos anos.

Isso é planejamento e é assim que se governa, auxiliando a população e fazendo com que a geração de empregos também aconteça na nossa região. As coisas apenas acontecem no litoral, não é, deputado Silvio Dreveck? Quando viajamos até sentimos um pouco de inveja dos municípios de Araquari, Joinville, onde há vários barracões, pois os investimentos vindos do exterior vão apenas para o litoral. Por isso, precisamos tomar medidas para que aconteça também alguma coisa no planalto norte.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, realmente já havíamos conversado a respeito da energia no planalto norte há muito tempo

e ficamos, certamente, felizes pelo fato de a Celesc ter tomado essa decisão técnica analisando o caso do planalto norte, que é o mais deficiente do estado de Santa Catarina. E o próprio presidente já havia nos dito, em audiência, que depois de um diagnóstico o problema seria solucionado.

Penso que v.exa. tem toda razão de fazer essa avaliação não apenas por conta de geração de emprego, mas para atrair, como diz v.exa., empreendedores, uma vez que os municípios do planalto norte tenham condições de oferecer energia elétrica com qualidade e em quantidade, porque hoje temos essa deficiência em muitos municípios, inclusive, gerando prejuízos, como é o caso de Campo Alegre, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis, entre outros que vinham sofrendo com a queda de energia por muitas horas interrompida, causando prejuízos enormes tanto na produção de frangos como no fumo e assim por diante.

Então, quero me associar ao seu discurso e dizer que estamos juntos nessa empreitada. Ficamos muito felizes pelo presidente ter tomado essa decisão de no próximo ano fazer esses investimentos.

Parabéns, deputado, e parabéns ao presidente da Celesc.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

É com satisfação, então, que falamos no planalto norte, mais uma vez, e estamos naquela jornada, juntamente com o governador, para criarmos um diferencial nessa região. Esse diferencial pode ser a BR-116. E o governo estadual tem que fazer um estudo nesse sentido, para que os municípios que estão à margem dessa rodovia sejam beneficiados. Isso vem de Lages até Porto União.

Queremos que o governo do estado continue avaliando essa nossa proposta, para que possamos fazer com que também o planalto norte receba um olhar diferencial do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira com relação ao seu crescimento e desenvolvimento.

Esse é o nosso pedido ao governador, deputado Silvio Dreveck.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, muito obrigado. Quero saudar todos os deputados e deputadas e todos os catarinenses que acompanham a nossa sessão.

Em nome da nossa bancada do PSDB e, tenho certeza, também por parte de todos os partidos políticos e toda Santa

Catarina, quero dizer que, na noite de ontem, no Rio de Janeiro, houve a escolha por parte da Editora Abril, através de seus veículos de comunicação, especialmente da revista *Viagem e Turismo*, dos melhores na área de turismo no Brasil. E para alegria de todos os catarinenses, pela quinta vez consecutiva, o nosso estado foi escolhido como o melhor destino turístico do Brasil. E isso se deve a muitos fatores.

Essa pesquisa é feita junto aos leitores dessa revista, mas ao mesmo tempo, a partir de agora, com o acompanhamento do instituto de pesquisas Ibope, que também ouve o cidadão comum, digamos assim, ou o turista.

Como disse ainda há pouco, isso se deve a muitos fatores: inquestionável a questão da beleza natural, pois Santa Catarina com essa diversidade geográfica é insuperável. Mas não adianta ter somente beleza natural, se não houver aliado a isso equipamentos também à altura para receber o turista. Quando falo em equipamentos, são hotéis, *resorts*, pousadas, restaurantes, bares, toda uma cadeia que se soma para que o turista possa ter atendido, além da questão da beleza natural, também o seu conforto e valorizado aquilo que gosta de fazer na hora do lazer.

Também quero incluir neste rol a história do turismo de Santa Catarina, que começou a despertar em nosso estado em 1964, quando o então governador Ivo Silveira criou o primeiro departamento em nosso estado, coisa que naquela época, talvez, poucos ou só visionários enxergavam o futuro do turismo em nosso estado.

Mais tarde isso se consolidou, em um segundo momento, com a criação da Santur, no governo de Antônio Carlos Konder Reis. E a Santur ao longo de 35 anos tem sido a grande divulgadora especificamente do estado de Santa Catarina, também dentro e fora do Brasil. Aí quero cumprimentar todos os servidores da Santur, através do presidente Valdir Rubens Valendowsky e toda sua diretoria.

Depois, vem a terceira fase que chamo a que consolidou esse processo com o governador Luiz Henrique da Silveira que criou a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, agregando cultura, esporte ao turismo, peças importantes que se integram naturalmente: cultura com turismo, esporte, eventos com turismo, consolidando então esse modelo para um processo altamente profissional e técnico.

Dividimos o estado em dez regiões turísticas oportunizando desde o extremo oeste de Santa Catarina, da fronteira com a Argentina, com o Rio Grande do Sul e Paraná a divulgar os seus potenciais turísticos ao extremo sul do nosso estado, desde a divisão norte do vale europeu, enfim, a serra catarinense, as dez regiões turísticas, podendo mostrar através do material de divulgação, de todos os veículos e das formas de se fazer divulgação hoje, o nosso potencial.

Isso tudo acaba também num processo de escolha e em cinco anos consecutivos no melhor destino do Brasil.

Em Gaspar, o Fazenda Parque Hotel foi escolhido, deputada Ana Paula Lima, como o melhor hotel rural do Brasil. Observem só, o melhor hotel de turismo rural do Brasil. E ninguém acreditava que aquele local pudesse se transformar num destino turístico. Da mesma forma, o melhor *resort* do Brasil mais uma vez foi escolhido o Costão do Santinho, de Florianópolis, e todos nós conhecemos a sua beleza, mas acima de tudo a sua qualidade e serviço no turismo chamado *resort*. Também foi premiado como turismo termal o hotel de Águas Mornas, do grupo de cadeias de hotéis como o melhor do Brasil pela primeira vez. E o Beto Carreiro pela primeira vez também foi escolhido como o melhor parque de entretenimento do Brasil.

Então, esses equipamentos somam-se a tantos outros que não foram desta vez escolhidos, mas que também oferecem serviço de qualidade que engradassem o turismo de Santa Catarina. E não podemos deixar também de incluir nesse trabalho de profissionalização, crescimento e qualificação as entidades de classe, a começar pela ABH, que representa os hotéis, a Abase, que representa as agências de viagens, a Abrace que representa todos os jornalistas e também todos os veículos na área comunicação.

Da mesma forma não podemos esquecer nunca do trabalho efetivo do setor de eventos, através de sua entidade de classe que também foi grande responsável pelo combate à sazonalidade do turismo em nosso estado, eis que hoje temos o turismo praticamente o ano inteiro, graças ao papel e ao trabalho do Centro de Eventos e dos eventos realizados.

Então, temos essa cadeia também representada pelas entidades de classe que são parceiros e foram responsáveis pelo crescimento do turismo do nosso estado. Mas a ação política é fundamental. E a Assembleia Legislativa, deputado Moacir Sopelsa, também faz parte dessa história, pois aqui aprovou dois instrumentos importantes para o desenvolvimento do turismo do nosso estado. A começar foi aqui responsável pela criação da Lei do Conselho Estadual do Turismo. E também os 21 conselheiros não apenas aconselham, mas tem o poder de decisão junto à secretaria do Turismo no momento em que se decide investir recursos públicos. E a Assembleia deu a sua contribuição ao aprovar por lei estadual o Funturismo. E somos o único estado que tem uma lei de incentivo.

Faço um registro para valorizar aquilo que estávamos falando, ontem, aqui, no plenário: a questão de valorizar e divulgar boas coisas da Assembleia Legislativa.

A nossa TVAL conquistou, recentemente, dois prêmios estaduais: o Prêmio de Jornalismo Unimed de Santa Catarina, através da jornalista Maria Helena Saris. E o editor Everton Madeiros, o cinegrafista Jorge Araújo e o produtor Diego Vieira são os vencedores da categoria "Profissional - Televisão" na 10ª edição do Prêmio de Jornalismo Unimed SC,

considerado um dos mais importantes eventos do segmento no estado.

A equipe conquistou a premiação com a matéria "Teste da Orelhinha", sobre a lei de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT). Este ano, mais 100 inscrições foram feitas nas categorias "Profissional" e "Destaque Acadêmico". A divulgação dos ganhadores de todas as categorias foi realizada nesta sexta-feira, (30), às 12h, no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau.

A TVAL vence o Prêmio Fatma de Jornalismo Ambiental.

E quero salientar isso, neste momento, a toda a equipe, para confirmar aquilo que todos nós, deputados, sabemos e a grande maioria dos catarinenses sobre a qualidade dos servidores e dos serviços prestados na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e assistentes, vamos realizar, através da Comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, duas audiências públicas nos próximos dias. Amanhã, sexta-feira, dia 21, teremos audiência pública na cidade de Itá.

Antes de começar a leitura, gostaria, inclusive, de aproveitar parte do texto em que foi produzido como argumento e justificativa dessa audiência pública para situar toda a comunidade catarinense sobre o tema que discutiremos.

(Passa a ler.)

"Uso e Ocupação do Lago para fins turísticos e de lazer

Problemática:

Itá é uma pequena cidade localizada no oeste, onde se pode desfrutar da tranquilidade e do aconchego de um povo hospitaleiro, além das belezas naturais que contemplam o município, apresentando como atrativos um lindo lago, a cultura local, a culinária típica, o alto padrão da rede hoteleira e a diversidade dos serviços, que fazem de Itá um dos principais polos turísticos de Santa Catarina.

Esse município conta com um símbolo diferenciado, as torres da antiga igreja da cidade, que simbolizam a história e a fé desse povo e representam uma cidade que ficou submersa às curvas do rio Uruguai, onde se fez surgir um grande lago que foi responsável pelas transformações a partir da construção da usina hidrelétrica de Itá. Porém, essas mudanças impostas possibilitaram o surgimento de uma nova cidade totalmente planejada, fomentando várias potencialidades de desenvolvimento e a criação de novas oportunidades, despertando novos horizontes às pessoas que lá habitam.

Com a formação desse lago, criou-se uma ampla expectativa de utilização para atividades de lazer e turismo, gerando renda e novas perspectivas para as pessoas, entidades e instituições. Mas decorridos 11 anos da formação do lago, percebeu-se a criação de diversos empecilhos e desafios relativos à acessibilidade desses espaços, muitos em função de uma legislação indefinida, onde se percebe que as informações são confusas e desencontradas, o que gerou, na verdade, uma grande decepção para toda aquela comunidade regional que pretendia também utilizar essas belezas a partir do lago da hidrelétrica de Itá para fins de lazer e turismo".

Esse é o objetivo da audiência pública que iremos fazer, ou seja, verificar toda a sua potencialidade, tendo inclusive como objetivo divulgar isso para Santa Catarina e para o Brasil. E é por isso que convidamos o Ministério Público, o Ibama, a Fatma, a secretaria de Turismo e Lazer, o consórcio que administra a hidrelétrica de Itá, a empresa Tractebel, as pessoas que moram ao redor, o município, as entidades, o ministério da Pesca, já que ali poderá ser o maior local de produção de peixes em água doce, em Santa Catarina, através da produção de peixes em tanque e em rede.

Então, queremos fazer esse debate nessa audiência pública exatamente para ver quais são os entraves maiores para a efetiva utilização principalmente do entorno do lago para fins de lazer e turismo.

Efetivamente é uma região produtora, é uma região em que há a bacia hídrica do rio Uruguai e que tem essa grande hidrelétrica que está produzindo energia para o país. Mas para que essa hidrelétrica fosse construída, foi necessário o deslocamento de famílias, de pessoas, a perda inclusive de identidade cultural, o surgimento de uma nova cidade. E agora, com todo esse potencial, é justo que a comunidade regional e a comunidade catarinense desfrutem dessas oportunidades, mas, infelizmente, os entraves para a utilização do entorno do lago têm sido muito grandes.

Por isso queremos nessa audiência pública debater caminhos e alternativas, conforme o texto que nos referíamos aqui a respeito dessa audiência pública, pois Itá representa o marco nacional na formação, condução e edificação da hidrelétrica. E a partir dessa audiência pública da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, pretendemos possibilitar a criação de um espaço de discussão e unificação da legislação, para legitimarmos as várias formas que estão sendo debatidas para a utilização do entorno do lago, a utilização com critérios, sim, com respeito ao meio ambiente, possibilitando as atividades turísticas e de lazer dessa nossa bela e querida cidade de Itá.

Portanto, estão convidados os srs. deputados, obviamente que os deputados membros da comissão de Turismo e Meio Ambiente serão convocados, para estarem presentes nessa audiência, às 9h, como toda a comunidade regional.

Também faremos uma segunda audiência pública na segunda-feira, dia 24, à 19h, em Joinville, por proposição do deputado Kennedy Nunes, com o encaminhamento e a aprovação por unanimidade dos membros da comissão de Meio Ambiente e Turismo desta Casa, a qual será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, que tem como objetivo debater a possibilidade da criação de um parque estadual em Monte Crista, em Garuva, na divisa com Joinville, envolvendo diversos municípios.

Estão convidados todos os srs. parlamentares para essa audiência pública, especialmente aqueles da região norte de Joinville.

No tempo que me resta e até na condição de presidente do nosso Fórum Parlamentar do Esporte de Santa Catarina, quero dizer que tivemos mais algumas conquistas importantes para Santa Catarina e uma delas é a ascensão do Joinville Esporte Clube, fundado a partir de uma fusão do departamento de futebol das equipes do América e do Caxias, nos idos de 1976, para a série "B" do campeonato nacional, no Brasileiro de 2012. Não poderíamos deixar de fazer esse registro de mais uma equipe catarinense, mais uma cidade catarinense ascendendo de divisão no esporte nacional. Esperamos a manutenção das nossas duas equipes na série "A" e duas equipes na série "B" muito bem representando o futebol catarinense.

Quero parabenizar a direção, os jogadores, os funcionários, a cidade de Joinville por essa conquista e o esporte catarinense, já que é um orgulho para o estado a ascensão de um time catarinense.

No mês de novembro teremos mais uma edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que representa uma oportunidade importante para projetar os nossos atletas, mas principalmente servir de exemplo àqueles que atuam nas escolinhas esportivas, que pensam no esporte como inclusão social. Por exemplo, o nosso querido Guga, que tem realizado ações nas áreas social e esportiva e é um modelo de atleta que serve não apenas para Santa Catarina, mas para o Brasil e para o mundo.

Eram esses os registros, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, não nos havíamos programado para ocupar esse espaço destinado ao PP, mas no dia de ontem fomos surpreendidos por uma reportagem na pag. 6, do *Diário Catarinense*, na coluna do Upiara Boschit, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Inválidos da Assembleia - Servidores fazem protesto."

Não faço uso desta tribuna para criticar esse jovem, esse senhor, esse moço que, talvez, no afã do desabafo, impensadamente, usou alguns termos que acredito não sejam cabíveis serem dirigidos a um Parlamento de um estado.

Srs. deputados, sras. deputadas, este Parlamento é formado por 40 deputados, entre homens e mulheres, que vieram para cá com o voto legítimo da sua comunidade, da região que representam.

Deputado Dirceu Dresch, quando v.ex.a. se manifestou hoje pela manhã - v.ex.a. que traz de berço a educação - não deixou bem claro o seu pronunciamento. Mas quero deixar bem claro, sim.

E a reportagem diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não vamos esperar que nenhum deputado faça a nossa defesa. Aquilo ali é uma cambada de fantoches, só querem elogio da imprensa - disse Zulmar Saibro, presidente da Associação dos Funcionários da Assembleia."[sic]

A minha indignação, srs. deputados, sras. deputadas e srs. funcionários, é ler na imprensa a qualificação de cambada de fantoches vinda de um presidente de uma associação de funcionários, deputados! Não vou admitir isso.

Estou nesta Casa há 20 anos. Nunca faltei com respeito à pessoa mais simples, com o funcionário mais simples, assim como com o mais graduado. Sempre tive respeito pela sua atividade, pela sua função, pelo seu trabalho, pela sua pontualidade, pelo cumprimento do seu dever como funcionário.

Eu sempre defendi os funcionários desta Casa, sim. O senhor não precisa esperar que os deputados o defendam. Eu sempre defendi. Mas eu defendo aquele que é cumpridor, aquele que exerce a sua atividade, aquele que cumpre com seu trabalho nesta Casa. Sempre defendi.

Defendo os funcionários de meu gabinete e funcionários que trabalham em qualquer atividade desta Casa, quando eles cumprem com suas obrigações. Agora, fica muito feio quando o presidente de uma entidade se manifesta chamando os srs. deputados e as sras. deputadas de cambada de fantoches. É muito feio.

Cambada, segundo o Dicionário Aurélio, entre outras coisas, diz o seguinte: grupo, cambada de ladrões, corja, cambada de moleques. Essa é a definição do Dicionário Aurélio.

Eu acho que os deputados não merecem esse tipo de tratamento, srs. deputados e sras. deputadas. Fantoche, entre outras qualificações, também quer dizer o seguinte: boneco de cabeça feita de massa de papel ou de outro material, cujo corpo é formado por roupas e o operador esconde a mão que o movimentava, marionete.

Não, meu amigo! Nós não somos isso! Estamos nesta Casa porque a

comunidade nos colocou aqui. Ninguém foi nomeado ou ninguém foi concursado para vir aqui. O nosso cargo é eletivo. Recebemos a confiança do eleitor, do mais humilde ao mais categorizado. E estamos aqui há 20 anos. Jamais imaginaria, srs. deputados, que a imprensa teria o dissabor de publicar uma nota como a que acabamos de ler.

Fico triste porque trago de berço a educação de humildade que meu pai, meus avós, minha mãe, ensinaram-me: que o respeito é a coisa mais importante no ser humano. É o respeito à vida, o respeito ao semelhante, é a humildade no tratamento, é a certeza no palavreado, é a educação. Eu preservo isso, graças a Deus.

Já tenho 65 anos e jamais imaginaria que um dia, como representante do povo catarinense nesta Casa, por 20 anos, por seis mandatos, como ex-prefeito da minha terra, Caçador, srs. deputados, teria o dissabor de ser chamado de cambada de fantoche. Isso me machuca muito.

E dizia ontem, na reunião da Mesa Diretora com o presidente desta Casa e demais colegas deputados, que faria um registro, para que esta Casa não passe em branco, para que a imprensa não diga que fomos omissos perante a acusação de um funcionário, por quem tenho todo o respeito, pois ele também foi eleito pelos seus colegas para presidir a associação dos funcionários. Talvez ele desconheça o que quer dizer a expressão "cambada de fantoches", mas eu esclareci o que quer dizer isso; é só recorrer ao Dicionário Aurélio.

Portanto, faço esse registro, porque tenho responsabilidade. E o povo que me elegeu sabe quem eu sou, assim como o povo que elegeu os demais 39 deputados e deputados sabe em quem votaram. Estamos aqui por força do voto popular, democrático e legítimo. Em momento algum nesta Casa, nestes meus 20 anos de mandato, ofendi alguém. Defendo os direitos, cumpro com a minha obrigação, porque devo respeito àqueles que aqui me colocaram por seis vezes, que são os cidadãos, as cidadãs de Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa.

Por isso, faço esse registro e espero que outros deputados também se manifestem, para que possamos mostrar que este Parlamento exige respeito, assim como o mais humilde funcionário desta Casa merece e exige respeito. E esse respeito deve ser mútuo. Discutimos, sim, os direitos, as obrigações e as nossas ideologias, mas o respeito humano é a coisa mais sagrada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc

Digital, catarinenses que se fazem presentes nesta sessão, a minha fala de hoje, sr. presidente e deputado Antônio Aguiar, é para registrar a missão deste deputado e do deputado Jean Kuhlmann, numa viagem à Coréia do Sul e ao Japão acompanhando, em nome da Assembleia Legislativa, o governador Raimundo Colombo. Quero chamar atenção para essa agenda que vamos agilizar a partir da semana que vem, porque são dois assuntos extremamente importantes para o estado de Santa Catarina.

Na Coréia do Sul, além de alguns encontros com empresários interessados em investir no estado de Santa Catarina, teremos também uma conversa com o ministério da Agricultura da Coréia do Sul sobre a importação das nossas carnes suína e bovina. Aprendi com o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, deputado Moacir Sopelsa, a importância dessas missões internacionais, quando se trata de anunciar e vender o estado, deputado Volnei Morastoni, para que outros investidores possam vir fazer investimentos em nosso estado. E a nossa economia depende muito das carnes bovina e suína, exportamos muito, principalmente através Porto de Itajaí.

Possuímos um certificado, deputado Sargento Amauri Soares, que nenhum outro estado da federação do Brasil possui. Somos o único estado livre da Febre Aftosa sem vacinação, e isso tem que ser mostrado. Falo como leigo no assunto, porque se deixarmos o deputado Moacir Sopelsa falar sobre isso, vai ter muito mais o que falar, já que é a bandeira que ele sempre está defendendo. Mas nós precisamos, sim, divulgar essa informação para que os nossos produtores possam ter maiores condições de exportar e esse dinheiro entrar no estado.

Além dessa agenda que teremos em Seul, na Coréia, a principal será em Tóquio, no Japão, quando a comitiva do governador estará em contato com o Banco Jica, o Banco de Desenvolvimento do Japão, que apresentou aqui um estudo do Plano Diretor de Controle de Enchentes, principalmente no vale do Itajaí.

Eles estiveram no Executivo e vieram a esta Casa. Vários deputados acompanharam a reunião da comissão, que eu presido, de Proteção Civil, quando pudemos ver o relatório final do estudo feito pelos técnicos do Banco Jica. Diga-se de passagem, um estudo extremamente importante que custou zero ao estado, porque o Banco Jica fez o estudo. Fruto deste estudo, o banco trouxe alguns procedimentos que devem ser feitos a curto, médio e longo prazos para diminuir os problemas, principalmente ocasionados na região do vale do Itajaí, desde o alto até a foz, na cidade do deputado Volnei Morastoni, em Itajaí.

As medidas propostas pelos técnicos visam desde o aumento das três barragens que temos lá, como medidas que muitas vezes parecem simples, como o aumento das arrozeiras, para que a água não

vá em velocidade ou haja maior contenção desse escoamento do alto para a foz.

O legal é que esses investimentos que serão feitos a curto, médio e longo prazo devem ter uma contrapartida, pois o Banco Jica exige uma contrapartida. E o governador Raimundo Colombo, em contato com a presidente Dilma Rousseff, já conseguiu a parceria do governo federal para que essa contrapartida seja feita com o governo federal e o governo estadual, para que o dinheiro do Banco Jica possa vir para Santa Catarina e diminuir os problemas no vale do Itajaí.

Quero dizer que fico muito contente em saber que o governo federal está sendo parceiro nisso. Já houve, inclusive, uma deliberação de que o governo federal entraria com metade da contrapartida e o estado entraria com outra metade para buscar esses recursos. E a ida do governador ao Banco Jica é exatamente para assinar esse termo de compromisso para mostrar ao banco que nós, estado catarinense e governo federal estamos, sim, sendo sócios desse projeto porque queremos diminuir os problemas relacionados, principalmente, ao vale do Itajaí nessa questão de cheias.

Por isso, deixo aqui a minha palavra de agradecimento por fazer parte dessa comitiva. E como sempre faço em todas as viagens internacionais, disponibilizarei, ao final do dia, um relatório em vídeo daquilo que fizemos, no meu *site* ou no meu *twitter*. Faço isso desde que entrei nessa Casa, ou seja, sempre que faço viagens internacionais, no final do dia relato em vídeo o que foi feito e quais os benefícios que foram conseguidos para o nosso estado.

Feito isso, quero fazer um apelo. O deputado Neodi Saretta, presidente da comissão do Meio Ambiente já falou aqui, mas eu quero reforçar o convite para a audiência pública que vai haver na segunda-feira. Estou convidando todos os deputados e todos os catarinenses, principalmente os da região norte, para uma audiência pública na segunda-feira, na Câmara de Vereadores de Joinville, às 19h, para discutir o problema do Monte Crista.

O Monte Crista está localizado entre os municípios de Garuva e Campo Alegre. O Monte Crista tem uma história espetacular. Muitas pessoas nem imaginam quantos historiadores de fora do Brasil procuraram o Monte Crista para saber sobre as histórias que existem lá. Afinal de contas no Monte Crista temos o caminho dos Incas, o caminho do Peabiru, ou seja, há muitas histórias, além da fauna e da flora. Na verdade, vamos discutir, deputado Neodi Saretta, se é necessário, para a sua preservação, transformá-lo num parque estadual.

Entendo que não é um patrimônio apenas dos catarinenses, mas de toda a comunidade brasileira. O Monte Crista recebe em média por mês 3.000 pessoas. Volta a dizer 3.000 mil pessoas por mês em média visitam o Monte Crista. E se não nos preocuparmos em preservar, poderemos estar colocando esse santuário a perder. Até porque existe, deputado Neodi Saretta, a

ideia de se construir hidroelétricas, e parte dessa região será extinta. Assim, a audiência pública convocada, a meu pedido, pela comissão, está envolvendo a Univille, entidades como a Polícia Ambiental, o Exército, os Bombeiros, para sabermos o que fazer para preservar aquele santuário.

O caminho seria a criação de um parque estadual ou não? Precisamos discutir isso.

Eu sei que deputado Neodi Saretta, na presidência da sessão, vai poder nessa audiência pública ter o cuidado de ouvir muito as pessoas que fazem um estudo extraordinário daquela região.

Estou convidando mais uma vez os moradores de Itapoá, Garuva, Campo Alegre, São Bento do Sul, Joinville, São Francisco do Sul - e estarão presentes pessoas de Curitiba - para, na segunda-feira, na Câmara dos Vereadores de Joinville, junto com muitos técnicos e as pessoas envolvidas, discutir a questão do Monte Crista, se para preservá-lo é necessário criar um parque estadual ou não.

Por isso, mais uma vez, faço esse convite. E estaremos trazendo, com certeza, o resultado dessa audiência pública a esta tribuna para que possamos definir o que podemos fazer.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0538/2011 e 0107/2011; a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0517/2011; e a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0577/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0237/2011, do deputado Aldo Schneider.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0600/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 1.422/2011, de autoria do deputado Edison Andriano; 1.423/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.424/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1.425/2011, 1.426/2011, 1.427/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0160/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários da Administração e da Saúde,

solicitando informações referentes aos contratos para a consecução de serviços públicos atinentes à Secretaria da Saúde, consubstanciados nos serviços prestados pelo Centro de Hematologia e Hemoterapia, Hemosc, Cepon e Fahece, pelas empresas ou instituições que prestaram serviços nos anos de 2007 a 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Foi concedido ao deputado trocar o horário.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares e também à deputada Ana Paula Lima por permitirem que usasse a palavra com antecedência, por conta de compromissos que tenho em seguida.

Eu gostaria de fazer um rápido relatório da viagem que fizemos até Brasília, num compromisso com o ministro dos Transportes, compromisso este marcado pelo senador Paulo Bauer, que contou com a presença não apenas do senador Paulo Bauer como também do representante do governador, secretário regional Bráulio Barbosa, de Joinville.

Estiveram presentes também prefeitos da nossa região, presidentes de associações comerciais e industriais, os deputados federais Esperidião Amin, Décio Lima, Mauro Mariani, o meu particular amigo deputado federal Jorginho Mello e o deputado federal Ronaldo Benedet.

Também tivemos a presença muito importante do senador Luiz Henrique da Silveira, do mentor do encontro, senador Paulo Bauer, e do senador Casildo Maldaner. Este deputado estava representando a Assembleia Legislativa, como representante legítimo da região norte-nordeste de Santa Catarina.

Ocupo esta tribuna para dar algumas pinceladas, digamos assim, sobre o que aconteceu em Brasília, no dia de ontem, no encontro marcado para às 15h.

O ministro nos recebeu com muita educação. Foi muito acessível, digamos assim, e na abertura dos trabalhos o senador Paulo Bauer fez um retrospecto de tudo o que já aconteceu com relação à duplicação da BR-280. Ele fez um relatório que começou por 2000, quando houve uma emenda parlamentar coletiva da bancada catarinense para a elaboração do projeto de

duplicação da BR-280. Discorreu também sobre o ano de 2001, quando o ministério dos Transportes lançou o edital de licitação. Falou sobre 2002, quando o ministério dos Transportes e o DNIT suspenderam a edição da ordem de serviço.

Em 2003, com o deputado Paulo Bauer, lideranças da região e este deputado também, em audiência com o ministro dos Transportes, foi feito um pedido da ordem de serviço autorizada na ocasião. De 2003 a 2007, as empresas elaboraram o projeto, através da superintendência do DNIT, e houve reuniões com prefeituras e com a imprensa, quando foi discutido esse projeto exaustivamente. Em 2010, o DNIT publicou o edital de concorrência, no final de outubro, e ainda agora, em maio deste ano de 2011, o edital novamente foi publicado. Mas em julho de 2011 o edital foi anulado.

Assim foi discorrido o assunto sobre a duplicação da BR-280 para o ministro, que escutou atentamente. Depois, todos os representantes dos segmentos tiveram oportunidade também de fazer a sua explanação ao ministro. E eu - inclusive, como caixa de ressonância que sou da comunidade do norte de Santa Catarina, até porque tenho programa de televisão e rádio e sinto muito mais forte a insatisfação daquela região - pude passar ao ministro quanto estamos sofrendo com mortes por atropelamento, acidentes com veículos, naquela rodovia.

Houve a tentativa de paralisação do tráfego com barreiras por parte da população. A comunidade diversas vezes quis fazer isso para chamar a atenção das autoridades. E o ministro ouviu atentamente todos nós e quando se pronunciou foi muito interessante, porque fez questão de frisar que tem a melhor das intenções e disse: "Quero que os senhores levem para Santa Catarina que este governo está interessado em duplicar a BR-280, e que vamos fazer isso". Entroolhamo-nos e eu, que estava mais perto do ministro, disse: "Perdoe-me a irreverência, mas precisamos de datas, precisamos saber quando, como e de que forma teremos as máquinas rolando na BR-280." E tivemos uma surpresa. O ministro tinha, não diria total, mas um grande desconhecimento do que acontece em relação à BR-280. Tanto que, depois de várias interpelações, pediu licença a todos, pediu alguns minutos e retirou-se do recinto. Passados uns 15 minutos, ele voltou e aí, sim, com alguma informação.

Deduzimos que ele ligou para o superintendente do DNIT, em Santa Catarina, para se colocar a par do problema da BR-280 e dar então uma resposta. E a resposta foi que haverá uma reunião com os técnicos todos, ainda na semana que vem, inclusive com o superintendente do DNIT de Santa Catarina.

Ficou, então, marcada para o dia 9 de novembro, às 15h, uma nova reunião, para daí, sim, dar-nos a data da nova licitação e também a data do início da duplicação da BR-280, ou seja, para dizer com exatidão quando é que as máquinas vão começar a rolar na BR-280.

O deputado Décio Lima, de Blumenau, interpelou também o ministro com relação à BR-470, por várias vezes. E eu, em certo momento, até pensei em dizer ao deputado que essa reunião dizia respeito à BR-280, mas entendi a sua vontade e o seu desejo de também ter uma palavra relacionada à BR-470. E também descobri que há desconhecimento do ministro em relação à BR-470.

Mas nessa próxima reunião que teremos no dia 9, o ministro ficou de trazer também uma resposta ao deputado Décio Lima e aos representantes daquela região sobre a BR-470, deputada Ana Paula Lima. Por isso, acho que a interferência do deputado foi muito importante.

Assim teremos uma resposta para os dois principais problemas de Santa Catarina nos dias de hoje. E também com respeito à BR-101 será dada uma explicação sobre esse imbróglio todo, essa confusão toda, pois a situação não atá nem desata, e ninguém sabe aonde vai se chegar.

Os problemas sérios que temos em Santa Catarina hoje se chamam BR-280 e BR-470.

Há um desejo muito forte dos senadores da República que representam Santa Catarina de que o governo passe para o estado essa responsabilidade, que o estado possa estadualizar essas rodovias e aí, de sua iniciativa, começar a duplicação. Mas deu para sentir por parte do ministro que não existe essa intenção. Se não existe essa intenção, vamos aguardar ansiosamente o dia 9 de novembro para que possamos, já com elementos mais concretos, dar uma satisfação não apenas à comunidade do norte e nordeste de Santa Catarina, como também ao alto vale, no que diz respeito à BR-470, e dizer que a reunião com o ministro deu frutos.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero apenas registrar a presença neste plenário do sr. Genir Loli, secretário de Saúde do município de Lindóia do Sul, que veio para a Conferência Estadual da Saúde, além de participar de uma audiência com o secretário da Saúde há pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo à Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha,

nesta manhã de quinta-feira, pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Vereadores da cidade de Vargem Bonita, é uma satisfação tê-los aqui trazendo as demandas daquela cidade, daquela região, na área da Assistência Social e outras.

Ontem, falei no ato dos servidores estaduais da Saúde, realizado no começo da manhã, da paralisação das atividades por algumas horas no começo da manhã em alguns estabelecimentos hospitalares do estado de Santa Catarina, e no ato do começo da tarde, no Hospital Governador Celso Ramos, momento em que o governador inaugurava a emergência, que foi inaugurada e merece aplauso.

Registro que se demorou muito tempo para fazer a reforma da emergência, e que não é de responsabilidade do atual governador ou do atual secretário exclusivamente, porque há anos a emergência está fechada para reforma, assim como o Hospital Florianópolis irá completar dois anos fechado para reforma.

Então, se não estamos tendo, mas tivemos problema de planejamento nessas obras do serviço de saúde no estado. É evidente que os servidores possuem as demandas salariais de reposição e de perdas inflacionárias, de incremento do vale alimentação, e isso vale para todos os servidores. Isso interessa a todos os servidores do Poder Executivo do estado, também da Segurança, da Educação e de outros segmentos do serviço público estadual que estão com o mesmo valor do auxílio alimentação há dez anos, desde 2001, quando foi instituído o valor de R\$ 6,00.

Nas questões gerais, aquelas que interessam ao conjunto da sociedade, por isso gostaria de corrigir uma informação que eu passei ontem, que enquanto se inaugurava a emergência do Hospital Governador Celso Ramos, ao mesmo tempo, foram desativados 84 leitos por falta de funcionários. E, logo algumas horas depois, foi-me corrigido esse dado, deputada Ana Paula Lima, são 104 leitos desativados. Provavelmente, para abrir a emergência tiveram que remover funcionários dentro do próprio hospital aumentando o número de leitos desativados.

Os vereadores de Vargem Bonita e todas as outras cidades sabem que é muito difícil conseguir vaga de internação nos hospitais no estado de Santa Catarina. Por vezes, as pessoas ficam semanas internadas na emergência, deitadas sobre macas, isso quando tem há macas à disposição das pessoas, para deitar e ficar internado num corredor de emergência nos hospitais. Isso é uma cena comum aqui nos hospitais da Grande Florianópolis e esta Assembleia Legislativa já tratou disso.

Há 104 leitos desativados no hospital Governador Celso Ramos, assim como há também leitos desativados no Hospital Regional de São José, no Nereu Ramos, no Hospital Infantil e, na maioria dos casos, por falta de funcionários. Faz quatro anos que não se contrata servidores

públicos para a saúde através de concurso público.

E na hora de abrir uma nova emergência, descobre-se que precisa de funcionários, e, por isso, na véspera, contratou-se, por contrato temporário, precário, pessoas sem experiência nenhuma.

É preciso planejar, é preciso que haja concurso público para a saúde no estado de Santa Catarina, assim como para o magistério, pois a maioria dos professores que está dando aula na rede estadual de ensino são admitidos em caráter temporário, os ACTs. E também já faz vários anos que não há concurso público para o magistério estadual.

Falando da Segurança Pública, neste caso, estamos tendo, sim, concursos públicos e contratações. É preciso registrar que isso está acontecendo, porque a sociedade catarinense cobrou das autoridades, do governo do estado, inclusive, durante o processo eleitoral. A sociedade protestou com força, com veemência, e o vigor para pedir Segurança Pública nos últimos meses.

Eu não tenho dúvida, embora, ninguém tenha falado, deputada Ana Paula Lima, que todos os candidatos governistas, incluindo o próprio candidato a governador se eleger centenas de vezes durante a campanha eleitoral do ano passado, foi abordado pela população, por entidades da sociedade civil solicitando essa demanda. É urgente e necessário mais contratação. Tanto que o governador Raimundo Colombo assumiu o governo e disse, autorizou o comando da Polícia Militar a contratar 1.000 policiais militares em 2011. E, numa proporção menor, os Bombeiros Militares, os Policiais Civis e técnicos do Instituto Geral de Perícias.

Lamentavelmente, na Polícia Militar não conseguimos preencher as 1.000 vagas por falta de estrutura de formação no centro de ensino e também por falta de mais jovens interessados em ingressar na Polícia Militar, porque a partir deste ano, para ingressar na Polícia Militar, a pessoa terá que possuir curso superior. É um critério que defendemos há algum tempo, há alguns, e que agora será colocado em prática, é o que defendíamos lá em 2005. Mas agora, em 2010, de supetão, com a mudança da lei, ocorrerá essa mudança. Mas não é apenas esse o problema, mas também o baixo salário do soldado da Polícia Militar e da imensa maioria dos servidores da Segurança Pública. Isso vale para a Polícia Civil, para o sistema prisional e para os bombeiros, evidentemente

Nós temos na Segurança Pública o menor piso salarial dentre os servidores estaduais, para nível médio e nível técnico. E, agora, tem que ter nível superior para entrar em qualquer instituição da Segurança Pública.

Mas se considerar o nível técnico, que era até o ano passado o nosso salário, é o menor desde o mês de julho deste ano. E, assim, evidentemente, que não terá pessoas com nível superior interessadas em entrar na polícia para ganhar menos do que o nível

técnico, médio nas outras instituições, nas outras carreiras dos servidores públicos estaduais.

Participamos na semana passada com muita alegria da formatura de 98 novos sargentos da Polícia Militar. Eles eram soldados até 2007, fizeram o curso de cabo e no ano passado foram chamados para o curso de sargento e se formaram na última quinta-feira.

Está acontecendo também nessas contratações que a segurança tem feito da semana passada para essa, a formatura de 444 novos soldados da Polícia Militar. Poderiam ser 1.000 se houvesse estrutura, porque o governo autorizou essa contratação, mas entraram 444 e outros 330 estão entrando agora e estarão prontos e formados para trabalhar no inverno que vem.

É importante isso, mas é preciso ter claro que esse número é insuficiente e todas as autoridades sabem disso. Precisamos da contratação de 1.000 soldados, 1.000 policiais militares por ano, durante dez anos para voltarmos à realidade e à estabilidade que tínhamos na metade da década de 80. Então, isso são medidas que precisamos tomar e é bom que o governo esteja nessa direção, pois já autorizou contratar ao longo dos quatro anos 500 bombeiros, que é o acréscimo de 50% do efetivo do Corpo dos Bombeiros. O governo também Autorizou contratar 1.500 policiais militares e, agora, o número de 1.000 já esticou e evidentemente que as instituições terão que se adaptar e se ampliar, porque precisa de investimentos nessa área na estrutura de ensino.

É importante isso, é digno de elogio e de aplausos, no entanto temos 3.000 vagas de cabo e de terceiro-sargento em aberto. E os soldados estão chegando a 25 anos na mesma graduação, 98 se formaram sargento na quinta-feira passada, mas poderiam ser mais de 1.000, porque há vaga e interessados com mais de 25 anos na mesma graduação.

Então, as medidas urgentes e corretas, ainda este ano, nessa direção precisam ser tomadas quanto ao salário dos servidores da Segurança Pública, na questão da carreira, viabilizando e possibilitando a criação de mecanismos para que se possam preencher essas vagas e promover os soldados a cabo e a sargento, bem como a mudança na forma de tratamento nos regulamentos disciplinares, a começar pela anistia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, público que nos acompanha pela TVAL e

ouvintes da Rádio Alesc Digital, companheiros parlamentares, deputado Sargento Amauri Soares e deputado Neodi Saretta.

Deputado Neodi Saretta, quero falar de um governo federal diferente nos últimos nove anos em nosso Brasil, da diferença de tratamento que está sendo dada aos nossos prefeitos e para os governadores da nossa Federação, um governo republicano, democrático. E podemos citar o exemplo, srs. parlamentares, dos quatro ministros que vieram e virão a Santa Catarina nesta semana.

Na terça-feira veio o ministro das Cidades, Mário Negromonte, trazendo a boa nova de 75 mil novas moradias que serão construídas no estado de Santa Catarina em 55 municípios do nosso estado.

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, está na cidade de Florianópolis, no Espaço Mais Cultura, no Morro da Cruz, trazendo recursos para o projeto Animando a Cultura da Ilha, para a formação de técnicos, jovens e adultos, para a produção de conteúdos cinematográficos na produção de animação e de audiovisual. Ela está aqui trazendo também esses recursos do PAC para a reurbanização de favelas.

Hoje à tarde, às 15h30, estará o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, na Epagri, para anunciar a liberação de recursos àqueles que sofreram com a catástrofe deste ano atingidos pelas enchentes. E no próximo sábado estará presente em Florianópolis a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para atuar na Conferência Estadual das Mulheres, que começa hoje e finda no sábado. E a ministra Irani Lopes estará presente nesta capital prestigiando esta Conferência Estadual para as Mulheres, onde serão deliberados temas sobre os problemas que as aflige, em Brasília.

Quero dizer também que isso é o retorno e o respeito que a presidente Dilma Rousseff tem pelo estado de Santa Catarina, através dos ministros que estiveram presentes nesta última semana em nosso estado.

Quero falar da boa nova que foi publicada no Diário Oficial da União no dia de ontem, 19 de outubro, sobre a transferência de recursos para os municípios de Santa Catarina que decretaram estado de calamidade pública, bem como a transferência de recursos para o governo do estado de Santa Catarina, para os municípios que decretaram estado de emergência. A transferência da união para o estado de Santa Catarina destinada às obras de emergência que serão executadas pelo estado, que partilhará com os municípios que decretaram situação de emergência, será um grande recurso que deve ser aplicado em obras de reconstrução imediata, na ordem de R\$ 50 milhões.

Esse programa da Defesa Civil Nacional chama-se "Transparência Obrigatória" e se dá através de termo de compromisso, evitando as burocracias dos convênios que tantos prefeitos reclamavam.

O estado de Santa Catarina, srs. parlamentares, receberá, então, R\$ 50 milhões para as obras de reconstrução e recuperação. Esses recursos vêm diretamente para a Defesa Civil do estado de Santa Catarina. E deverão ser investidos nos municípios que decretaram, durante as cheias, estado de emergência, como é o caso do município de Blumenau.

Quero acreditar na competência do governo do estado em garantir uma partilha adequada com os municípios que decretaram emergência, construindo parâmetros para fixar os valores devidos a cada município, bem como a eficácia da aplicação dos recursos.

Não podemos, novamente, presidente Moacir Sopelsa, repetir os problemas do ano de 2008, quando os recursos federais em grande monta vieram para o governo do estado de Santa Catarina e de forma vergonhosa, infelizmente, deixando a população do vale do Itajaí perplexa diante de tanta incompetência.

Vejo aqui, muitas vezes, os parlamentares falarem em seus discursos que precisamos investir aqui, que precisamos investir em projetos. Mas o dinheiro veio para o governo do estado de Santa Catarina!

Eu gostaria de fazer um pedido aos parlamentares desta Casa e ao governador do estado, para visitarem o Morro do Baú, onde as pontes estão caídas e as casas ainda não foram construídas, deputado Sargento Amauri Soares. Essa situação é lamentável, porque os recursos vieram e após três anos continua tudo na mesma; aquelas pessoas ainda estão esquecidas, e v.exa., juntamente com esta deputada, fez uma visita e viu a situação. É lamentável que isso ainda continue ocorrendo no município de Ilhota e em vários municípios da nossa região do vale do Itajaí.

(Passa a ler.)

"Então, queremos ajudar o governo do estado, fazendo e cumprindo o nosso dever como parlamentar de fiscalizar a repartição dos recursos e a execução dessas obras.

Além dos recursos dos R\$ 50 milhões que serão depositados nas contas do governo estadual, e que foi ontem publicado no Diário Oficial da União, também os municípios que decretaram estado de calamidade receberão os recursos diretamente nas contas das prefeituras. E são os seguintes municípios com os respectivos valores: o município de Brusque, que decretou estado de calamidade, irá receber R\$ 2.185,00 milhões; R\$ 1 milhão para o município de Laurentino; R\$ 4 milhões para o município de Rio do Sul; R\$ 414 mil para o município de Agronômica; R\$ 1.9 milhão para o município de Presidente Getúlio; R\$ 950 mil para o município de Aurora; R\$ 1.5 milhão para o município de Taió; R\$ 1.4 milhão para o município de Lontras; R\$ 2.8 milhões para o município de Ituporanga."

Esses municípios receberam os recursos diretamente na conta das suas

prefeituras. E os outros R\$ 50 milhões serão divididos pelo governo do estado para os municípios que decretaram emergência.

(Continua lendo.)

"Quero registrar mais uma vez o nosso agradecimento à presidente Dilma Rousseff, à ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, pela determinação, pelo carinho que têm demonstrado ao povo de Santa Catarina neste momento de profunda dor vivida por mais uma enchente que sofremos neste ano.

Precisamos novamente reconstruir os nossos sonhos e devolver aos cidadãos o sentimento de segurança perdida. Os governantes precisam ter clara a necessidade urgente de mudança na ação, no desenvolvimento das cidades e do próprio estado. Precisamos alertar mais uma vez e proteger o nosso meio ambiente, porque sem ele não há futuro, sem ele não há vida.

Temos que proteger os nossos rios, as nossas encostas, as nossas nascentes, as nossas matas, pois através da proteção e da prevenção é que não vamos mais ter as calamidades que vêm assolando o estado de Santa Catarina, principalmente, srs. parlamentares, a região do vale do Itajaí, basta verificar as encostas dos nossos rios, que estão desmoronando.

Proteger o meio ambiente é proteger cada cidadão, cada cidadã, é proteger a vida. Somos a favor, sim, do desenvolvimento do estado de Santa Catarina, mas ele tem que ter um desenvolvimento sustentável, porque milhares e milhares de catarinenses ainda vivem em áreas de risco. É preciso, mais uma vez, deputado Neodi Saretta, deputado Sargento Amauri Soares, valorizar os nossos profissionais do estado de Santa Catarina, os nossos geólogos, os nossos arquitetos, os nossos engenheiros, porque eles sim é que vão garantir as obras necessárias à proteção das famílias dos catarinenses.

Não é mais possível convivermos com a incompetência e com o improvisado. Não é possível mais deixarmos nossa gente à mercê da sorte. Precisamos construir caminhos e políticas públicas sustentáveis e de proteção ao povo de Santa Catarina, para isso o governo federal está investindo no nosso estado, nas obras de reconstrução, eis que tanto sofremos, principalmente nós, que vivemos em Blumenau e nos municípios que compõem a bacia do rio Itajaí-Açu. Mas precisamos de uma ação mais concreta do governo do estado, pois até o momento eu não vi nenhuma, infelizmente, na área de preservação e de reconstrução."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu gostaria de comunicar a todos os srs. deputados que na próxima terça-feira e quarta-feira teremos sessões normais na Assembleia Legislativa e na quinta-feira teremos o Orçamento Descentralizado, em Joinville. Era este o comunicado.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, retorno à tribuna, nesta manhã - não utilizarei obviamente os dez minutos -, porque julgo importante, na condição de presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, reforçar o registro e comemorar com todos os catarinenses o fato de mais uma vez Santa Catarina ser escolhida como o melhor destino turístico do país.

Esse prêmio é da revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, que foi divulgado ontem no Rio de Janeiro. Nós sabemos das grandes potencialidades de Santa Catarina, da necessidade inclusive de melhorar a infraestrutura, a questão de segurança, mas mais uma vez o nosso estado recebe esse prêmio.

Portanto, assomei à tribuna para parabenizar - não poderia deixar de fazer este registro - todos os operadores de turismo, todas as entidades, a rede hoteleira, a Federação dos *Convention e Visitors Bureau*, seus escritórios, a secretaria de estado de Turismo e todos os órgãos que lidam com turismo.

Então, sra. presidente, faço este registro e parabenizo a nossa querida e bela Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento, imprensa, assomo à tribuna para falar sobre a luta coletiva do sul do estado com algumas obras fundamentais.

Em Santa Catarina há a serra do Faxinal, na cidade dos Cânions, que liga a BR-101, São João do Sul, Praia Grande, passando por Caxias, Canela e Gramado. Essa obra está quase pronta, sendo que oito km já estão prontos, faltando apenas sete km para a sua conclusão, diminuindo o trajeto até lá em 200 km. Quem for para lá levará uma hora e quarenta e cinco minutos de Araranguá até Canela, Gramado e Caxias.

Então, ela é importante e fundamental, mas ainda falta a licença ambiental para a realização da obra. Tudo isso em razão da ação da promotora com relação às pererecas que ficavam no local.

Foi uma luta coletiva, uma luta que envolveu senadores, deputados federais e estaduais, no sentido de que fosse colocado no Orçamento a BR-285, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Imbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Todas essas cidades já estão interligadas pelas obras, mas ainda faltam 25 quilômetros para serem licitados, a fim de ser feita a ligação entre Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Santa Catarina pelo norte do estado do Rio Grande do Sul.

Essa obra vai trazer desenvolvimento para toda a região de Passo Fundo, Erechim, pois toda a soja do Rio Grande virá para o porto de Imbituba, diminuindo o trajeto em 250 quilômetros, tendo a cerâmica vermelha como retorno. Então, são ganhos reais para aquela região, viabilizando cada vez mais o porto de Imbituba, um porto importante, um porto que tem uma segurança sem limite. Ele tem tanta segurança que o grupo Votorantim fez uma fábrica de cimento no alto vale e está investindo praticamente R\$ 400 milhões no porto de Imbituba pela segurança que tem. Na verdade, estamos caminhando para as obras que são importantes e fundamentais.

No ano passado, o Parlamento, os deputados me ajudaram na elaboração de uma emenda para se conseguir R\$ 13 milhões para a construção da barragem do rio do Salto, para ajudar as pessoas que moram lá dentro, sendo que o governador assumiu o pagamento de seis parcelas, terminando em dezembro. Para o PAC 2 foram destinados R\$ 77 milhões para a construção da barragem do rio do Salto, o que vai garantir uma maior produção de arroz irrigado no Brasil e água nos perímetros urbanos atendendo aos municípios.

Há também outra obra muito importante que está sendo encaminhada, faltando apenas a sua licitação para que seja realizada. Está sendo feito um trabalho muito grande para a conclusão do aeroporto de Jaguaruna, que será um dos melhores do sul do Brasil. Até o final do ano teremos o terminal de cargas, porque o de passageiros já está pronto. Então, até o final do ano teremos um aeroporto para o mundo inteiro que vai beneficiar toda a região.

A região serrana, que todo mundo conhece, e a região do sul de Santa Catarina são as duas regiões mais pobres do estado, mas com o porto de Imbituba, com o aeroporto de Jaguaruna e com a BR-101, esse grande tripé vai gerar desenvolvimento a essas regiões, pois as empresas que se instalarem lá terão como escoar a produção e poderão voar para qualquer canto do país.

Estamos preparando a região sul com porto, aeroporto e com a BR-101. Acho que é um momento importante e fundamental e temos que lembrar que isso tem muito a ver com o ex-governador Luiz Henrique, que ajudou muito, como também com o governador Raimundo Colombo, que tem abraçado todas as obras que estavam sendo encaminhadas, as quais beneficiarão toda a região.

É preciso que o Ibama libere as licenças para ser licitada a obra da BR-285. É uma obra federal, uma obra coletiva, e lutamos muito por ela. E já estou há 26 anos lutando por essa obra; agora, ela está no pênalti, tem que ser batida no canto certo, para que o goleiro não impeça o gol, porque ela é fundamental para o desenvolvimento de toda a região sul do estado.

Tudo isso é fruto desse tripé do desenvolvimento. E com a construção do porto e do aeroporto de Imbituba conseguiremos levar para lá algumas obras fundamentais, como a Tramonto, em Morro

Grande, gerando 2.000 empregos, as fumageiras, a CTA, gerando 1.500 empregos, a Aliança, gerando 2.000 empregos, a Continental, gerando mais 1.000 empregos e um faturamento de aproximadamente R\$ 2 bilhões ao sul do estado.

Então, estamos vivendo um momento ímpar em razão desse tripé do desenvolvimento, que dá condições às empresas que se instalarem lá de viajarem para qualquer lugar do Brasil e do mundo, ocasionando o escoamento da produção.

Eu tenho 29 anos de vida pública e aqui defendo a responsabilidade e a lealdade do povo do sul do estado, que é a minha região. E às vezes eu não era entendido pela imprensa, que colocava que o deputado Manoel Mota trabalhava muito e os resultados apareciam pouco. Mas são todas obras grandes.

Na BR-101, já foram investidos R\$ 2,5 bilhões, não são dez centavos; na serra da Rocinha, com a BR-285, foram investidos R\$ 120 milhões; na região dos cânions, R\$ 25 milhões; na barragem do rio do Salto, R\$ 97 milhões. São todas obras caríssimas, mas que agora os resultados estão aparecendo.

Então, ficamos felizes. E o povo confiou em mim; por isso, vem me elegendo em tantos mandatos, o necessário para continuar trabalhando com garra e determinação por toda a região. Por essa razão tenho 29 anos de vida pública, seis mandatos nesta Casa, os quais deram condições para que continuasse lutando e trabalhando até colher os resultados.

Hoje, sabemos perfeitamente, eminente deputado Joares Ponticelli, que com esse tripé do desenvolvimento, aeroporto, porto de Imbituba e BR-101, as cidades preparadas para crescer serão Sombrio, Araranguá, Içara, Tubarão, Jaguaruna e Imbituba. Tubarão é uma cidade com praticamente 100 mil habitantes e estará pronta e preparada, porque a BR-101 passa praticamente por dentro dela, para crescer muito e para receber grandes empresas que poderão se instalar em toda a região sul do estado.

Nós, os oito parlamentares, lutamos pelo objetivo de desenvolver a nossa região. Precisamos e acreditamos alcançar esse grande objetivo de a Interpraia fazer parte desse tripé do desenvolvimento e gerar emprego, renda e qualidade de vida ao povo.

Esse é o grande objetivo pelo qual trabalhamos aqui no Parlamento: melhorar a qualidade de vida do povo de Santa Catarina. Por isso veio aí o ministro com mais de 30 mil casas para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Manoel Mota.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, vou ler a coluna do eminente jornalista Matheus Madeira, articulista político do jornal *Diário do Sul*, da minha cidade, acerca do passamento do jornalista Ênio Batista na noite de ontem.

(Passa a ler.)

“Acima das diferenças

Não faltavam diferenças ideológicas entre Enio Batista e eu. Da orientação política, da maneira de atuação, de todas as formas. Acima disso, porém, sempre houve muito respeito e um trato muito afável e sincero. Essa é a relação de muita gente com o jornalista que faleceu, na noite de ontem, após uma curta e intensa batalha contra os efeitos de um acidente vascular cerebral ocorrido na sexta-feira.

Acima das divergências políticas está um homem jovem de 43 anos, pai de família, que não fumava, pouco bebia, mas acabou vítima da sorrateira ação do imprevisível corpo humano.

Fica o lamento por uma despedida tão trágica, a certeza de necessidade de amparo à família e aos amigos e um profundo respeito por quem tinha características diferentes das de muitos, mas neste momento é um de nós.”

Fiz questão de ler a nota de abertura da coluna do jornalista Matheus Madeira, deputado Manoel Mota, deputada Ana Paula Lima, porque Tubarão e região sabem que eu também tinha grandes diferenças com o jornalista Enio Batista, como tinha o deputado Genésio Goulart, quando aqui estava. O deputado Manoel Mota deve lembrar que inclusive o deputado Genésio tinha uma questão judicial com ele. Eu quase cheguei a esse ponto, porque ele tinha um posicionamento filiado a um partido e não aceitava, muitas vezes, os nossos questionamentos a encaminhamentos equivocados, na nossa visão, da administração municipal.

Ele era um profissional, um jovem pai de família, um cidadão de bem. E por questões cristãs e humanitárias também quero transmitir à família, aos amigos, à imprensa de Tubarão e da região o meu sincero e profundo lamento pela sua passagem na terra.

Mas o jornalista Matheus Madeira resumiu muito bem: o Enio era um cidadão regrado, tinha muitas preocupações com a questão de saúde, alimentava-se bem, não fumava, mantinha atividades físicas e infelizmente um AVC, em menos de uma semana, tomou-lhe a vida.

Então, quero, além de registrar essa boa e profunda manifestação do jornalista Matheus Madeira, associar-me a essa manifestação, porque este é o meu sentimento também, e transmitir a toda família, a toda imprensa, como disse, a minha solidariedade e o meu lamento pelo seu passamento.

Quero também, deputada Ana Paula Lima, associar-me à manifestação de v.ex.a. Eu não estava no plenário, mas acompanhei parte do seu discurso pela TV Assembleia acerca da vinda do ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, na tarde de hoje.

Santa Catarina, esta semana, deputado Manoel Mota, viveu dois momentos importantes. Um na terça-feira, com a vinda do ministro das Cidades, Mário Negromonte, nosso companheiro e amigo, que teve a deferência orientada e determinada pela presidente Dilma Rousseff de fazer, em Santa Catarina, o primeiro lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, segunda etapa. Agora, numa etapa, como eu dizia ontem, ainda mais humanizada, porque tem o toque de um mulher presidente, que tinha sido a mãe do PAC, mas que agora como presidente determinou que outros componentes, para dar mais dignidade a essas famílias que não têm teto, estejam presentes nesse novo projeto.

Também a vinda do ministro Mário Negromonte nos surpreendeu positivamente, deputada Ana Paula Lima, porque ele anunciou, no seu pronunciamento, que até o final do governo, até 2014, estarão disponíveis mais de R\$ 5 bilhões nessa parceria. Porque o programa Minha Casa, Minha Vida é um programa de parceria do governo federal, do governo do estado, do governo dos municípios, sendo que nessa parceria teremos a oportunidade de atender, até o final dos governos de Raimundo Colombo e Dilma Rousseff, a 59% do nosso déficit.

Isso seria uma marca histórica para Santa Catarina, nunca alcançada em nenhum tempo. Ou seja, atender a 75 mil das 145 mil famílias que ainda estão excluídas, vivendo de qualquer jeito, sem dignidade. Então, terça-feira foi um dia extremamente positivo para Santa Catarina nessa área.

E hoje à tarde, a vinda do ministro Fernando Bezerra para Santa Catarina foi importante também, porque ele fez o anúncio desses recursos que a deputada Ana Paula Lima já antecipou aqui, de mais de R\$ 16 milhões, para atender aos nove municípios que foram atingidos pela enchente que ocorreu há menos de 30 dias, e de mais R\$ 50 milhões repassados ao estado, através da Defesa Civil, que atenderão, acredito, quase a uma centena ou mais de municípios que tiveram a decretação de estado de emergência.

Ontem, eu conversava, deputada Ana Paula Lima, com o Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros, que no seu tempo de mandato praticamente governou o tempo todo o município em estado de emergência. Foram oito decretos de emergência, deputado Manoel Mota. O tempo todo correndo atrás de recursos para recuperar os estragos causados por enxurradas, enchentes e tudo mais.

É preciso dizer aqui, deputada Ana Paula Lima, que nunca houve também, em nenhum governo e em nenhum tempo, uma resposta tão rápida do governo federal como

agora. Esses nove municípios já têm os R\$ 6 milhões depositados na conta. O ministro não virá aqui para fazer fotografia, para fazer média, para anunciar coisa que depois não acontece, como, infelizmente e historicamente, sempre foi a prática, porque a burocracia emperrava demais. Blumenau, Gaspar e região viveram isso na época do episódio de Ilhota não por falta de vontade do governo, mas pelos entraves dessa burocracia que mata, que não deixa as coisas funcionarem no serviço público.

Agora, com esse processo desburocratizado, conforme a nova orientação da presidente, já temos esses recursos disponíveis nas contas desses municípios para fazer o atendimento, porque o dinheiro tem que vir próximo do acidente. Não adianta vir um ano depois, quando as pessoas passaram já esse tempo todo ampliando o sofrimento.

Então, temos essa oportunidade hoje de viver o dia mais importante para Santa Catarina, especialmente para tantas famílias que foram atingidas por esses fenômenos, que padeceram tanto, que continuam necessitando desses recursos para poder reconstruir as suas vidas.

Parabéns e muito obrigado à Presidência da República, à nossa presidente Dilma Rousseff, ao governador Raimundo Colombo que também se articulou rapidamente. E com esses R\$ 50 milhões distribuídos pela Defesa Civil, não tenho dúvida de que o secretário Geraldo Althoff, com todo cuidado que tem, com a preocupação que tem com o bom atendimento prestado a todos os municípios que foram atingidos por algum fenômeno climático, irá atendê-los agora.

Portanto, é um dia de alegria para Santa Catarina em função desse momento que vamos viver.

Por fim, quero, conforme já anunciei ontem, dizer que, na próxima terça-feira, deputada Ana Paula Lima, vamos apresentar o requerimento propondo uma audiência pública para chamar a Anatel a esta Casa para dar explicações.

Não tenho dúvida de que essa é uma ação dos 40 parlamentares, porque não dá mais para aceitar o serviço de telefonia móvel e fixa que está cada vez pior.

Ontem, fizemos uma manifestação. Já aconteceram centenas de manifestações de pessoas concordando com aquilo que levantamos pela péssima qualidade do serviço de telefonia em Santa Catarina.

A concorrência na mídia é uma coisa extraordinária, deputado Sargento Amauri Soares, são gastos milhões nessa briga das empresas entre si, e o serviço está cada vez pior. É somente ganância, cada vez mais lucros, as empresas somente correndo atrás disso e prestando um serviço de qualidade cada vez pior.

Acredito que já lideramos, de baixo para cima, o pior serviço do mundo. E não sei onde está a Anatel, essas agências que se julgam mais reais que o rei, que não cumprem com o seu papel, porque o papel é de fiscalizar, de cobrar e exigir o cumprimento dos contratos.

Por isso, queremos chamá-los aqui para ouvi-los.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos alunos da 4ª série do Colégio Ivo de Aquino, do município de Gaspar, que vieram visitar a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Da mesma forma, deputada Ana Paula Lima, nossa presidente, quero registrar a presença do prefeito Ilton Luiz Machado, de Bom Jardim da Serra, que também nos visita na manhã de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada pela presença do prefeito Ilton Luiz Machado, que se encontra na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Seja muito bem-vindo!

Também gostaria de alertar o público catarinense, principalmente as mulheres, que estamos na campanha, deputado Sargento Amauri Soares, do Outubro Rosa. Durante todo o mês de outubro serão realizadas várias programações no estado de Santa Catarina, no Brasil e no mundo, sobre essa doença que ainda mutila e ainda tira a vida de muitas e muitas mulheres. Estamos trabalhando no sistema de prevenção, e esta Casa, inclusive, aderiu a essa campanha colorindo todo o seu prédio de rosa, e os funcionários e os srs. parlamentares também estão participando.

Então, a Associação Brasileira de Portadores de Câncer de Florianópolis está com uma vasta programação. E bem lembrava a Maria Amália, funcionária do Parlamento catarinense, que durante toda

esta semana foram realizados exames gratuitos de mamografia na cidade de Florianópolis. E para quem não conseguiu ainda realizá-lo, comunicamos que haverá atendimento para todas as mulheres de Florianópolis para o exame de mamografia até o dia 22, até o próximo sábado. É uma belíssima campanha.

Até o final de outubro teremos várias caminhadas, palestras, em Florianópolis e em outros municípios do estado de Santa Catarina, a exemplo de Blumenau, onde a caminhada ocorrerá no dia 30 de outubro. Aqui em Florianópolis será dia 29 de outubro.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h, no município de Ibirama.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 016-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 9 de fevereiro de 2011.

Substitui o Deputado Kennedy Nunes, na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, pelo Deputado Silvio Dreveck.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado Elizeu Mattos

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Manoel Mota

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Darci de Matos

Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Marcos Vieira

Deputado Jean Kuhlmann

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Aldo Schneider

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputada Angela Albino

Deputado *Silvio Dreveck*

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Romildo Titon

Deputada Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin

Deputada Angela Albino

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Manoel Mota

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Sargento Amauri Soares
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Mauro de Nadal
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Luiz Eduardo Cherem
 Deputado Sargento Amauri Soares
 Deputado Valmir Comin
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Carlos Chiodini
 Deputado Mauro de Nadal
 Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino
 Deputado Altair Guidi
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer
 Deputada Angela Albino
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Carlos Chiodini
 Deputado Edison Andrino de Oliveira
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Edison Andrino de Oliveira
 Deputado Neodi Saretta
 Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel
 Deputado Altair Guidi
 Deputado Valmir Comin
 Deputado Jorge Teixeira
 Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi
 Deputado Altair Guidi
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino
 Deputado Silvio Dreveck
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Romildo Titon
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Aldo Schneider
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputada Angela Albino
 Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Luiz Eduardo Cherem

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Luiz Eduardo Cherem
 Deputado José Milton Scheffer
 Deputada Luciane Carminatti
 Deputado José Nei Alberton Ascari
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Carlos Chiodini
 Deputada Angela Albino

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 31 de outubro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 351, de 31 de outubro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, da função em Comissão Legal de Avaliação de Bens Inservíveis, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de outubro de 2011 .

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 352, de 31 de outubro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MARCELO DOMINGUES**, matrícula nº 1921, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal de Avaliação de Bens Inservíveis, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 353, de 31 de outubro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR na Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras e Reformas, a contar de 1º de outubro de 2011, o servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, instituída pelo Ato da Mesa nº 228, de 21 de junho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 354, de 31 de outubro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1883/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **IVANIA BEATRIZ RANZOLIN NERBASS**, matrícula n.º 0981, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 28ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H00 DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cheren, José Nei Alberton Ascari, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 27ª reunião ordinária, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0469.1/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete a Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0358.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei de nº 260.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dado Cheren** relatou os Projetos de Lei de nº 0439.6/2011, 0421.7/2011 e o Projeto de Lei de nº 0456.7/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0217.5/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Resolução de nº 012.5/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou os Projetos de lei de nºs 0289.0/2011, 0465.8/2011, 0467.0/2011, 0459.0/2011, 0393.9/2011, 0354.2/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e os Projetos de Lei de nº 0342.9/2011 e 0212.0/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 055.5/2011, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei Complementar de nº 016.4/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em Gabinete ao Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei de nº 0253.9/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 037.9/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 004.5/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0426.1/2011 exarou

parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0287.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0427.2/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0432.0/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0257.0/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou a Mensagem de Veto de nº 0328/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0438.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0431.9/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0263.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0447.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0437.4/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0436.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Ofícios de nº 0612.8/2011 e Ofício 0615.0/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 187/2011

REFERENTE: Apostilamento n.º 001/2011, referente a Ata de Registro de Preço nº 026/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.

OBJETO: Em face da real comprovação de ocorrência de fato superveniente, pertinente e suficiente, onde ficou configurada a existência de força maior, conforme explicitado no pedido da licitante registrada (Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.), assim como nas demais peças instrutórias (exposição da

Coordenadoria de Licitações, despacho favorável da Diretora Administrativa e parecer favorável da Procuradoria Jurídica), partes integrantes deste Instrumento, CANCELAMOS, com base na fundamentação legal abaixo elencada, o Item 30, Lote 04, Cláusula Primeira, da Ata de Registro de Preços nº 026/2010. Em razão de tal cancelamento o objeto contido no item 30, Lote 04, da Ata de Registro de Preço nº 026/2010 e do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 054/2010 (100 unidades de lâmpadas elétricas halógenas Power Star HQI-TS 400 Wats NDL), desde que comprovada e justificada a sua necessidade, deve sofrer nova licitação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei 8.666/93; Art. 12, "caput" e art. 13, § 2º, do Decreto Federal nº 3.931/01; Itens 2.1.2, 4.1 e 4.7 da Ata de registro de Preços nº 026/2010 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 31 de outubro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 188/2011

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 21/09/2011, referente ao Contrato CL nº 034/2009, celebrado em 11/11/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Quality's Coletas Transporte Serviços Ltda-Me

OBJETO: O presente termo aditivo, nos termos da reivindicação e exposição de motivos da Coordenadoria de Serviços Gerais da ALESC, tem por finalidade incluir na Cláusula Quinta do Contrato original o que abaixo segue:

Para cobrir as despesas decorrentes de eventuais deslocamentos das equipes que prestam serviços fora do seu local habitual de trabalho (municípios que não fazem parte da grande Florianópolis) e desde que devidamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá adiantar aos seus técnicos as diárias relativas aos dias comprovadamente trabalhados fora do âmbito da ALESC, limitadas a 50% (cinquenta por cento) dos valores estabelecidos para os servidores efetivos da ALESC.

As diárias eventualmente adiantadas aos seus operadores técnicos serão reembolsadas juntamente com o pagamento da fatura mensal e deverão seguir as mesmas regras e os critérios estabelecidos para os servidores efetivos da CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 31 de outubro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Edson Adilso Heck- Sócio Administrador

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 625/11

Blumenau-SC, 26 de outubro de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Recreativa e Esportiva Tiago**, de Blumenau referente ao exercício de 2010.

VALDEMAR TIAGO DE SOUZA FILHO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 31/10/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2929, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 034/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2930, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CRISTIANO HEYSE TAVARES**, matrícula nº 4889, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2011 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2931, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WAGNER PEREIRA PIZZETTI**, matrícula nº 4483, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2932, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **PATRÍCIA GUIMARÃES PEREIRA**, matrícula nº 6160, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2933, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **IBRANTINA MACHADO**, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 01 de novembro de 2011 (Diretoria Financeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2934, de 31 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **VANIA ELIZABET SAMUEL DE TOLEDO**, matrícula nº 0647, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Atendimento On-Line, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **ODICEIA HENRIQUE NASCIMENTO MOURA**, que se encontra em Licença-Prêmio por mais 30 (trinta) dias, a contar de 23 de outubro de 2011 (DTI- Coordenadoria de Informações).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 484/11

Declara de utilidade pública a Associação de Caridade e Culto Afro-Brasileiro Abassa de Inkisse Nzazi.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade e Culto Afro-Brasileiro Abassa de Inkisse Nzazi, com sede no município de Araquari-SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 31/10/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Caridade e Culto Afro-Brasileiro Abassa de Inkisse Nzazi, com sede no município de Araquari-SC,

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter social, que tem por objetivo a prática de ações de caridade junto as pessoas carentes, difundindo manifestações de reintegração social, bem como a cultura Afro-Brasileira.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos pares deste parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 485/11

Declara de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 31/10/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Trata-se de uma entidade de fins não econômicos, com autonomia financeira e patrimonial, fundada em 05 de Agosto de 2004, tendo por finalidade, promover estudos dos negócios empresariais através da pesquisa científica, cursos de aperfeiçoamento, de extensão, seminários, palestras e debates, todos em caráter interdisciplinar.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 041/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício n. 1.526/2011 - GP Florianópolis, 25 de outubro de 2011.
Exmo. Sr.

GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA

Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 417635-2011.6**
Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Acrescenta o número 9 e a respectiva observação à Tabela VII, que dispõe sobre os atos comuns e isolados, da Lei Complementar n. 219, de 31 de dezembro de 2001." acompanhado de documentos e CD com a respectiva justificativa.

Atenciosamente
Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 31/10/11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. PLC/0041.5/2011

Acrescenta o número 9 e a respectiva observação à Tabela VII, que dispõe sobre os atos comuns e isolados, da Lei Complementar n. 219, de 31 de dezembro de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela VII da Lei Complementar n. 219, de 31 de dezembro de 2001, passa a vigorar acrescida do número 9 da respectiva observação, com as seguintes redações:

"TABELA VII
ATOS COMUNS E ISOLADOS

1 -
.....

9 - Cópia reprográfica de documento apresentado pelo usuário destinado à prática do ato requerido: R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real).

OBSERVAÇÃO:

1º - A prestação desse serviço não é obrigatória, tampouco o respectivo consumo pelo usuário, que deverá ser alertado desta prerrogativa, sob pena de a serventia suportar a despesa."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis,

Lido no Expediente

Sessão de 31/10/11

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei objetiva, a pedido do Conselho Superior da Magistratura (Recurso de Decisão n. 2009.900067-3), uniformizar o valor cobrado pelas serventias notariais e de registro pelo serviço de extração de fotocópia de documento apresentado pelo usuário, destinado à prática de atos típicos da atividade registral e notarial.

Consoante o inciso III do art. 3º da Lei 10.169, de 29.12.2000, é vedado aos notários e registradores "cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos";

Nessa toada, cumpre registrar não haver na Lei Complementar estadual n. 219, de 31.12.2001, nenhuma previsão a respeito dessa espécie de serviço.

A despeito da ausência de rubrica legal, a fotocópia de documentos particulares para instruir atos é situação corriqueira nessas serventias e geram aos usuários, por vezes, dissabores em razão do elevado valor exigido.

Dessa forma, prudente inserir no Regimento de Emolumentos regra para contemplar a extração de fotocópia como atividade-meio, isto é, ligada visceralmente às finalidades notariais e de registro.

A título de ilustração, cita-se a experiência paulista retratada na Nota Explicativa 10.3 da Tabela "Tabelionato de Notas" do Regimento de Emolumentos (Lei n. 11.331, de 26.12.2002), que estabelece:

Cédula de Identidade ou qualquer outra cédula que identifique o usuário. 10.3.- Quando a cópia reprográfica for extraída em máquina própria da serventia, o Notário repassará o custo operacional à parte até o máximo de 0,026 UFESP's ...

Quanto à definição do valor dessa nova taxa, impende trazer a lume, para balizar a discussão, o compromisso constitucional disposto no *caput* do art. 173 da Carta da República, segundo o qual o Estado não explorará atividade econômica, exceto quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

Essas hipóteses de intervenção do Estado no domínio econômico dependem de lei, ainda inexistente. Em razão dessa omissão legislativa, a Administração é dotada de poder discricionário, a ser exercido com temperança a partir de outros vetores legais que delimitem a área de ingerência estatal.

Nesse contexto, apesar de a extração de fotocópia ser um exemplo de exploração da atividade econômica, ela se revela, nesse caso, um facilitador posto à disposição da coletividade, dotado de certa relevância pública, se consideradas a eficiência e adequação exigidas dos serviços notariais e de registro (Lei n. 8.935/1994, art. 4º).

No entanto, o valor da respectiva taxa não deverá desestimular a iniciativa privada, reproduzindo não apenas o custo operacional, mas, também, a natureza pública do serviço, ainda que prestado em caráter privado (CF, art. 236).

Tendo em vista esses parâmetros, torna-se adequada a adoção do valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) já utilizado pelo Poder Judiciário catarinense para o fornecimento de fotocópia de documento às partes (Resolução n. 9/2010-CM, art. 2º).

Ressalta-se o dever funcional do notário e do registrador de prévia e ostensiva informação ao usuário de que o serviço de extração de fotocópia é de uso facultativo, sob pena de a serventia arcar com essas despesas. De modo algum o usuário poderá ser compelido a consumir esse serviço.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 269/2011

Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade da Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, autorizado a desafetar e alienar, por venda, os seguintes imóveis:

I - o imóvel contendo a área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), com benfeitorias, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 708, no Município de Florianópolis, matriculado sob o nº 46.417 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, avaliado em R\$ 6.150.000,00 (seis milhões, cento e cinquenta mil reais);

II - o imóvel contendo a área de 232,50 m² (duzentos e trinta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias, localizado na Rua São José, no Município de Tubarão, matriculado sob o nº 3.744 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão, avaliado em R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais); e

III - o imóvel contendo a área de 227,15 m² (duzentos e vinte e sete metros e quinze decímetros quadrados), com benfeitorias, localizado na Rua João Bauer, nº 345, no Município de Itajaí, matriculado sob o nº 446 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí, avaliado em R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).

Art. 2º A alienação dos imóveis tem por objetivo a captação de recursos que deverão ser destinados a viabilizar a construção do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina - EPAGRI/CIRAM.

Art. 3º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 4º Cabe à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Art. 5º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI ou por quem for legalmente constituído.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de outubro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0316.7/2011

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0316.7/2011 passam a ter a seguinte redação:

" Denomina como Ilha Segundo Franciscon a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino, no Município de Concórdia.

Art. 1º Fica denominada como Ilha Segundo Franciscon a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino, no Município de Concórdia."

Sala da Comissão em

Deputado Jorge Teixeira

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 25/10/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 26/10/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 316/2011

Denomina como Ilha Segundo Franciscon a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino, no Município de Concórdia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada como Ilha Segundo Franciscon a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino, no Município de Concórdia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de outubro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***